

Demonstrações Financeiras

Agro Energia Santa Luzia S.A.
(Em recuperação judicial)

31 de março de 2023
com Relatório do Auditor Independente

Agro Energia Santa Luzia S.A.
(Em recuperação judicial)

Demonstrações financeiras

31 de março de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado do exercício	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstração dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Agro Energia Santa Luzia S.A. (Em recuperação judicial)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Agro Energia Santa Luzia S.A. – Em recuperação judicial (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agro Energia Santa Luzia S.A. – Em recuperação judicial em 31 de março de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia, sua controladora direta, Agroindustrial Participações S.A., sua controladora indireta e holding do grupo, Atvos Agroindustrial S.A., e outras empresas do grupo (conjuntamente “Grupo Atvos”), ajuizaram pedidos de Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”), em 29 de maio de 2019, na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, que foram aprovados, em 20 de maio de 2020, pelos credores na Assembleia Geral de Credores, e cuja decisão homologatória desses PRJs foi publicada em 20 de agosto de 2020. Em 25 de novembro de 2022, foi assinado Acordo de Investimento, Assunção de Obrigações e Outras Avenças celebrado, entre Agroenergia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia (“FIP Gestor” ou “FIP Agroenergia”), MC Green Energy Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia (“FIP MC Investidor” ou “FIP MC Green”), Mubadala Consultoria Financeira e Gestora de Recursos Ltda. (“Mubadala”), Soneva Energias Renováveis S.A. (“Nova Controladora”) e os Credores Signatários, detentores dos créditos concursais e extraconcursais da Tranche B, onde foi deliberado sobre a autorização da troca de controle, o qual foi aprovado na reunião de credores de 28 de dezembro de 2022. Em 26 de janeiro de 2023, o FIP Agroenergia adquiriu, em sua integralidade, as ações detidas pela LSF10 Brazil U.S. Holdings LLC., antiga controladora final, passando a ter o controle direto da holding do Grupo, Atvos Agroindustrial S.A., sendo responsável por gerir os direitos econômicos dos credores referentes aos créditos da Tranche B. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da base de continuidade operacional da Companhia, incluindo o êxito no cumprimento dos termos aprovados nos PRJs. Conforme apresentado na nota explicativa 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de agosto de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Cezar Augusto Ansoain de Freitas
Contador CRC SP-246234/O

Agro Energia Santa Luzia S.A.
(Em recuperação judicial)

Balancos patrimoniais
31 de março de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5(a)	257.310	223.907
Contas a receber de clientes	6	26.199	6.860
Estoques e adiantamentos a fornecedores	7	198.530	186.343
Ativo biológico	8	119.641	133.718
Tributos a recuperar	9	111.257	48.913
Outros créditos		8.079	11.529
Total do ativo circulante		<u>721.016</u>	<u>611.270</u>
Ativo não circulante			
Aplicações financeiras	5(b)	2.201	2.166
Contas a receber de clientes	6	1.046	6.075
Estoques e adiantamentos a fornecedores	7	44.970	31.692
Tributos a recuperar	9	11.339	22.665
Partes relacionadas	10(a)	201.478	182.136
Depósitos judiciais	24(c)	26.010	7.916
Outros créditos		4.821	3.270
		<u>291.865</u>	<u>255.920</u>
Investimentos	11	707	657
Imobilizado	12	914.478	880.172
Direito de uso	14(a)	443.350	447.029
Intangível	13	208.539	230.588
Total do ativo não circulante		<u>1.858.939</u>	<u>1.814.366</u>
Total do ativo		<u><u>2.579.955</u></u>	<u><u>2.425.636</u></u>

Agro Energia Santa Luzia S.A.
(Em recuperação judicial)

Balancos patrimoniais
31 de março de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Fornecedores	15	57.752	61.554
Fornecedores – sujeitos ao PRJ ¹	15	31.809	31.071
Empréstimos e financiamentos	16	4.594	3.911
Empréstimos e financiamentos – sujeitos ao PRJ ¹	16	56.908	13.074
Passivos de arrendamento	14(b)	91.036	107.577
Salários e encargos	17	15.948	13.465
Tributos a recolher	18(a)	3.064	4.294
Tributos parcelados	18(b)	5.327	-
Adiantamentos de clientes	19	922	1.366
Partes relacionadas	10(a)	16.909	13.187
Outros débitos		-	92
Total do passivo circulante		<u>284.269</u>	<u>249.591</u>
Passivo não circulante			
Fornecedores	15	81	-
Fornecedores – sujeitos ao PRJ ¹	15	2.248	33.221
Empréstimos e financiamentos	16	11.089	12.330
Empréstimos e financiamentos - sujeitos ao PRJ ¹	16	938.400	924.524
Passivos de arrendamento	14(b)	366.783	352.252
Tributos a recolher	18(a)	5.762	3.222
Adiantamento de clientes	19	1	-
Provisão para contingências	24(a)	12.408	19.618
Imposto de renda diferido passivo	22(a)	36.210	37.164
Outros débitos		1	1
Total do passivo não circulante		<u>1.372.983</u>	<u>1.382.332</u>
Total do passivo		<u>1.657.252</u>	<u>1.631.923</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	20	1.044.344	1.044.344
Reserva de capital		2.945	2.945
Prejuízos acumulados		(124.586)	(253.760)
Total do patrimônio líquido		<u>922.703</u>	<u>793.713</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>2.579.955</u>	<u>2.425.636</u>

¹ Plano de Recuperação Judicial

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Energia Santa Luzia S.A.
(Em recuperação judicial)

Demonstrações dos resultados do exercício
31 de março de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Receita operacional líquida	25	1.135.176	1.203.060
Custo dos produtos e serviços vendidos	26	<u>(823.887)</u>	<u>(782.300)</u>
Lucro bruto		311.289	420.760
Despesas com vendas	26	(960)	(1.153)
Receitas (despesas) administrativas e gerais, líquidas	26	(52.921)	(62.074)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	<u>(9.892)</u>	<u>(8.263)</u>
Lucro operacional antes do resultado das participações societárias e do resultado financeiro		247.516	349.270
Resultado de participações societárias	11	50	92
Receitas financeiras	28	27.991	6.897
Despesas financeiras	28	<u>(161.505)</u>	<u>(112.142)</u>
Resultado financeiro, líquido		(133.514)	(105.245)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		114.052	244.117
Imposto de renda e contribuição social correntes	22(b)	-	(17.603)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22(b)	<u>14.938</u>	<u>(7.546)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>128.990</u>	<u>218.968</u>
Lucro básico e diluído por ação - em Reais	20(e)	<u>0,000001</u>	<u>0,000002</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Energia Santa Luzia S.A.
(Em recuperação judicial)

Demonstrações dos resultados abrangentes
31 de março de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Lucro líquido do exercício	128.990	218.968
Outros resultados abrangentes:	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>128.990</u>	<u>218.968</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Energia Santa Luzia S.A.
(Em recuperação judicial)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 31 de março de 2023 e 2022
 (Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de capital</u>	<u>Reserva de incentivos fiscais</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldos em 31 de março de 2021 (anteriormente apresentado)	20	1.044.344	2.945	355.638	(828.182)	574.745
Compensação de reservas de lucros e reservas de incentivos fiscais	20(a)	-	-	(355.638)	355.638	-
Saldos em 1º de abril de 2021 (reapresentado)	20	<u>1.044.344</u>	<u>2.945</u>	<u>-</u>	<u>(472.544)</u>	<u>574.745</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	218.968	218.968
Saldos em 31 de março de 2022		<u>1.044.344</u>	<u>2.945</u>	<u>-</u>	<u>(253.576)</u>	<u>793.713</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	128.990	128.990
Saldos em 31 de março de 2023		<u>1.044.344</u>	<u>2.945</u>	<u>-</u>	<u>(124.586)</u>	<u>922.703</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Energia Santa Luzia S.A.
(Em recuperação judicial)

Demonstrações dos fluxos de caixa
31 de março de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		128.990	218.968
Ajustes para:			
Depreciação e amortização (inclui ativos biológicos)	26	408.973	362.495
Variação no valor justo de ativos biológicos	8 e 26	(9.028)	(38.428)
Resultado de participações societárias	11	(50)	(92)
Resultado de ativo imobilizado e direito de uso baixados	12e14	-	1.708
Juros e variações cambiais e monetárias, líquidas		144.720	93.592
Constituição de provisão para contingências, líquidas	24	(4.088)	4.600
Imposto de renda e contribuição social		(954)	25.149
Provisão para perdas de crédito esperadas	6	(139)	-
Provisão para redução ao valor de realização	7	(1.186)	2.062
		667.238	670.054
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(14.171)	8.345
Estoques e adiantamentos a fornecedores		(28.661)	22.213
Tributos a recuperar		(51.018)	(29.618)
Depósitos judiciais		(18.094)	646
Outros créditos		2.688	4.958
Fornecedores		(33.956)	(16.262)
Salários e encargos		2.483	1.553
Tributos a recolher		1.310	(4.121)
Tributos parcelados		5.327	-
Provisão para contingências - liquidações	24	(3.122)	(8.333)
Adiantamento de clientes		(443)	(10.215)
Outros débitos		(92)	(981)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		529.489	638.239
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	16	(44.950)	(684)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(20.712)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		484.539	616.843
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras		(35)	(113)
Partes relacionadas		(19.544)	(56.639)
Aquisições do imobilizado	12	(34.383)	(45.332)
Aquisições do intangível	13	(36)	(83)
Novos plantações de ativos biológicos	12	(144.308)	(87.038)
Tratos culturais de ativo biológicos	8	(110.588)	(96.885)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(308.894)	(286.090)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captações de empréstimos e financiamentos	16	2.582	14.075
Pagamento de operações de arrendamento e parcerias agrícolas	14	(132.993)	(129.108)
Amortização de empréstimo e financiamentos - principal	16	(11.831)	(1.775)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(142.242)	(116.808)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		33.403	213.945
Caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		223.907	9.962
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		257.310	223.907
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		33.403	213.945

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Energia Santa Luzia S.A. **(Em recuperação judicial)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de março de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

- (a) A Agro Energia Santa Luzia S.A. - Em recuperação judicial (“Santa Luzia” ou “Companhia”), foi constituída em 18 de Junho de 2007, tendo como objeto social a importação e exportação de produtos de agricultura e pecuária em geral, especialmente cana-de-açúcar, etanol e seus subprodutos, e a produção, fornecimento e distribuição de energia elétrica, tendo como controladora direta a Agroindustrial Participações S.A., e como holding do grupo e controladora indireta a Atvos Agroindustrial S.A. (conjuntamente “Grupo Atvos”).
- (b) A Companhia tem capacidade de moagem instalada de 5,5 milhões de toneladas de cana por ano, tendo sido processadas 4 milhões de toneladas de cana na safra 22/23 (3,8 milhões de toneladas na safra 21/22).

Em 25 de novembro de 2022, foi assinado Acordo de Investimento, Assunção de Obrigações e Outras Avenças celebrado, entre Agroenergia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia (“FIP Gestor” ou “FIP Agroenergia”), MC Green Energy Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia (“FIP MC Investidor” ou “FIP MC Green”), Mubadala Consultoria Financeira e Gestora de Recursos Ltda. (“Mubadala”), Soneva Energias Renováveis S.A. (“Nova Controladora”) e os Credores Signatários, onde foi acordado, entre outros temas, a autorização da Troca de Controle e exercício dos Bônus de Subscrição, com fundamento nas Cláusulas 5.16.3.1. e 7.2(ii.d) do Plano de Recuperação Judicial, o qual foi aprovado na reunião de credores de 28 de dezembro de 2022.

Em 26 de janeiro de 2023, o FIP Agroenergia adquiriu, em sua integralidade, as ações detidas pela LSF10 Brazil U.S. Holdings LLC . (“LSF10”), então controladora do Grupo Atvos, passando a ter o controle da controladora indireta da Companhia, Atvos Agroindustrial S.A. (assim como o controle do Grupo Atvos). O FIP Agroenergia é responsável por gerir os direitos econômicos dos credores referentes aos créditos da Tranche B.

Conforme previsto no referido Acordo de Investimentos, o FIP MC Green realizará aporte primário de R\$ 500 milhões de reais em troca de uma fatia de 31,5% do capital da controladora direta da Companhia, a Atvos Agroindustrial Participações S.A. O investimento deverá ser destinado para as áreas agrícola e industrial, com o objetivo de impulsionar a capacidade de produção do Grupo Atvos e atingir sua capacidade instalada de moagem de cana-de-açúcar por safra. Essa transição é um marco para o Grupo Atvos, pois encerra uma fase de conflitos societários e consolida a sustentabilidade do negócio em direção ao encerramento do seu processo de recuperação judicial.

O Grupo Atvos vem implementando ações para melhoria da saúde financeira, aumento da produtividade e crescimento, destacando-se:

Agro Energia Santa Luzia S.A. **(Em recuperação judicial)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional -- Continuação

- (i) Aumento do nível de investimentos em formação de lavoura, buscando ganhos de produtividade e redução da idade média do canavial, (ii) melhoria nos indicadores qualitativos de tratos com o intuito de aumentar a longevidade e produtividade da cana soca, (iii) redução de custos agrícolas, principalmente na área de corte, transbordo e transporte de cana (CTT) (iv) diluição dos custos fixos através do aumento de moagem nos anos vindouros e, conseqüentemente, redução da ociosidade das plantas industriais (v) implementação de programa estruturado de melhoria operacional (projeto Avante) e (vi) fortalecimento dos sistemas de informação e *cyber security*, dando mais robustez aos controles internos do Grupo, bem como difusão das melhores práticas de conformidade, segurança da informação e governança corporativa.

O novo controlador dará continuidade ao plano de negócios do Grupo Atvos, buscando aumentar seus níveis de produtividade, de forma a gerar mais sustentabilidade e valor para os acionistas, clientes, parceiros, colaboradores e demais públicos de interesse do Grupo.

A Companhia em conjunto com outras empresas do Grupo Atvos, incluindo sua controladora direta, Atvos Agroindustrial Participações S.A., apresentou, em 29 de maio de 2019, Pedido de Recuperação Judicial na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 ("LRF"), com a finalidade de reestruturar financeiramente suas dívidas, com vistas a preservar a continuidade das operações, buscar o equilíbrio financeiro e, principalmente, reforçar o compromisso do Grupo Atvos com seus mais de 9 mil integrantes, suas famílias, comunidades, parceiros, fornecedores e clientes com quem o Grupo Atvos atua conjuntamente. O Pedido foi autuado sob o nº 1050977-09.2019.8.26.0100 e distribuído ao Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, que deferiu o processamento da Recuperação Judicial conforme decisão publicada no dia 07 de junho de 2019. No dia 20 de maio de 2020, o Grupo Atvos apresentou a versão final do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") e em cumprimento à agenda da Assembleia Geral de Credores ("AGC") colocou para votação a possibilidade de consolidação substancial do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") de forma a apresentar apenas um Plano para todas as Recuperadas.

Os credores aprovaram a consolidação substancial de 7 Recuperadas, sendo elas: Atvos Agroindustrial S.A., Atvos Agroindustrial Participações S.A., Destilaria Alcídia S.A., Pontal Agropecuária S.A., Rio Claro Agroindustrial S.A. e Usina Eldorado S.A, Brenco Companhia Brasileira de energia Renovável S.A.

A recuperação judicial da Companhia e da Recuperanda e Usina Conquista do Pontal S.A. ("UCP") foram tratadas em Planos Individuais, substancialmente equivalentes ao PRJ Consolidado das outras sete empresas.

Agro Energia Santa Luzia S.A. **(Em recuperação judicial)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

No dia 17 de agosto de 2020, foi proferida decisão judicial homologatória do PRJ Consolidado e dos planos individuais da USL e da UCP. A referida decisão foi publicada no dia 20 de agosto. Com a homologação, foram implementados os cronogramas de pagamentos a credores, além de outras ações previstas nos PRJs.

- (c) Plano de Recuperação Judicial (informações referentes ao PRJ consolidado do Grupo, exceto quanto informações de pagamento que são próprias da Companhia)

As principais premissas, por tipo de credor, que constam nos PRJ's homologados e que estão refletidas nestas demonstrações financeiras, podem ser assim resumidas:

- Créditos Trabalhistas

Não tiveram os valores e as condições originais de pagamento reestruturados pelo PRJ.

- Classe II (Garantia Real)

O montante correspondente a 54% dos créditos de cada credor com Garantia Real será pago de acordo com as seguintes condições: (i) carência de amortização de principal até dezembro 2022; (ii) juros de 115% da taxa DI, capitalizados anualmente, incidentes a partir da Data do Pedido de Recuperação Judicial; (iii) período de carência de pagamento de juros até março 2022 (sendo que serão pagos 50% dos juros trimestrais com vencimento em junho 2022, setembro 2022, dezembro 2022 e março 2023 e os 50% restantes serão capitalizados ao principal). A partir de março 2023 os juros serão pagos em 47 parcelas trimestrais e (iv) amortização de principal em parcelas trimestrais sucessivas.

O saldo correspondente a 46% dos créditos de cada credor com Garantia Real poderá ser utilizado pelos credores elegíveis para subscrição e integralização de Debêntures a serem emitidas pela Companhia. Caso o credor opte por subscrever as Debêntures, o saldo do crédito será corrigido pelo IPCA a partir da data do pedido de recuperação judicial até a data da efetiva integralização das Debêntures. A partir da data de sua emissão, a amortização ocorrerá quando da verificação de eventos de liquidez e dividendos da Atvos Agroindustrial Participações S.A., sendo que as debêntures terão seu valor nominal unitário atualizado pela variação positiva do IPCA, e terão prazo de vencimento de 5 anos contados da data de sua emissão.

Os créditos denominados em moeda estrangeira foram mantidos na moeda original para todos os fins de direito, em conformidade com o disposto no artigo 50, § 2º, da LRF, e serão liquidados em conformidade com as disposições deste Plano.

Agro Energia Santa Luzia S.A. (Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

No decorrer da safra 2022/2023, ocorreram os primeiros pagamentos aos credores classe II (Garantia Real), nas seguintes proporções:

<u>Principal pago</u>	<u>Juros pago</u>	<u>Total pago</u>
891	4.406	5.297

- Classe III (Quirografários Financeiros)

O montante correspondente a 39% dos créditos de cada credor Quirografário Financeiro será pago nas seguintes condições: (i) período de carência para amortização de principal até dezembro 2022, contados da Data de Homologação Judicial do Plano; (ii) juros equivalentes a 115% da taxa DI, capitalizados anualmente, incidentes a partir da Data do Pedido de Recuperação Judicial; (iii) período de carência de pagamento de juros até março 2022 (sendo que serão pagos 50% dos juros trimestrais com vencimento em junho 2022, setembro 2022, dezembro 2022 e março 2023 e os 50% restantes serão capitalizados ao principal). A partir de março 2023 os juros serão pagos em 47 parcelas trimestrais; e (iv) amortização de principal: parcelas trimestrais sucessivas.

O saldo correspondente a 61% dos créditos de cada credor Quirografário Financeiro poderá ser utilizado pelos credores elegíveis para subscrição e integralização das debêntures a serem emitidas pela Companhia. Caso o credor opte por subscrever as Debêntures, o saldo do crédito será corrigido pelo IPCA a partir da data do pedido de recuperação judicial até a data da efetiva integralização das Debêntures. A partir da data de sua emissão, a amortização ocorrerá quando da verificação de eventos de liquidez e dividendos da Atvos Agroindustrial Participações S.A., sendo que as debêntures terão seu valor nominal unitário atualizado pela variação positiva do IPCA, e terão prazo de vencimento de 5 anos contados da data de sua emissão.

Os créditos denominados em moeda estrangeira foram mantidos na moeda original para todos os fins de direito, em conformidade com o disposto no artigo 50, § 2º, da LRF, e serão liquidados em conformidade com as disposições deste Plano.

No decorrer da safra 2022/2023, ocorreram os primeiros pagamentos aos credores classe III (Quirografários Financeiros), nas seguintes proporções:

<u>Principal pago</u>	<u>Juros pago</u>	<u>Total pago</u>
2.246	8.856	11.102

Agro Energia Santa Luzia S.A. **(Em recuperação judicial)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

- Classe III (Quirografários Não Financeiros)

Pagamento integral da seguinte forma: (i) incidência de juros equivalentes à TR desde a Data do Pedido até a data do pagamento sem correção; e (ii) amortização do crédito em 3 anos, contados da Data de Homologação Judicial do Plano, em 3 parcelas anuais sucessivas, sendo a primeira parcela devida em 12 meses contados da Data de Homologação Judicial do Plano, e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes.

Na hipótese de que a totalidade de créditos quirografários Não Financeiros venha a ultrapassar o montante de R\$ 450.000 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), sem prejuízo aos valores até então pagos, o saldo remanescente de tais créditos passará a ser amortizado nas condições previstas para o montante correspondente a 39% dos Créditos de cada Credor Quirografário Financeiro (classe III), abaixo descritas.

Esse regramento não se aplica a créditos inferiores a R\$ 4.000 (quatro milhões de reais), que continuarão a ser pagos da seguinte forma: (i) incidência de juros equivalentes à TR desde a Data do Pedido até a data do pagamento sem correção; e (ii) amortização do crédito em 3 anos, contados da Data de Homologação Judicial do Plano, em 3 parcelas anuais sucessivas, sendo a primeira parcela devida em 12 meses contados da Data de Homologação Judicial do Plano, e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes.

- Classe IV (Pequenas e Médias empresas)

Opção A

Opção aos créditos de recebimento de R\$ 50 (cinquenta mil reais) ou do valor total do crédito, o que for menor, em uma única parcela vencimento em 90 dias contados da Data de Homologação Judicial do Plano, mediante quitação integral do crédito concursal e considerando taxa de juros sem correção.

Em novembro de 2020, 153 credores optaram por receber em uma única parcela, totalizando no pagamento de R\$ 1.976.

Opção B

Pagamento integral da seguinte forma: (i) incidência de juros equivalentes à TR desde a Data do Pedido até a data do pagamento; e (ii) amortização do crédito em 3 anos, contados da Data de Homologação Judicial do Plano, em 3 parcelas anuais sucessivas, sendo a primeira parcela devida em 12 meses contados da Data de Homologação Judicial do Plano, e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes.

Agro Energia Santa Luzia S.A. (Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Em agosto de 2022, ocorreu o pagamento da segunda parcela dos credores classe III (quirografários não financeiros), credores classe IV (Pequenas e Médias empresas), referente a 352 credores que estão classificados na Opção B, com o valor total pago de R\$31.585 (R\$ 26.526, referente à primeira parcela, paga em agosto de 2021).

- Créditos Extraconcursais Aderentes

O montante correspondente a no máximo 80% dos créditos de cada credor Extraconcursal aderente será pago de acordo com as seguintes condições: (i) período de carência de amortização de principal até dezembro de 2022 e de pagamento de juros até março 2022 (sendo que serão pagos 50% dos juros trimestrais com vencimento em junho 2022, setembro 2022, dezembro 2022 e março 2023 e os 50% restantes serão capitalizados ao principal); (ii) após período de carência, principal amortizado em parcelas trimestrais sucessivas; e (iii) a partir de março 2023, pagamento dos juros em 47 parcelas trimestrais sucessivas.

A dívida foi atualizada por juros de 115% da taxa DI, capitalizados anualmente, incidentes a partir da Data do Pedido de Recuperação Judicial;

O saldo correspondente a no mínimo 20% dos créditos de cada credor extraconcursal aderente poderá ser utilizado pelos credores elegíveis para subscrição e integralização de Debêntures a serem emitidas pela Companhia. A partir da integralização, a amortização ocorrerá quando da verificação de eventos de liquidez e dividendos da Atvos Agroindustrial Participações S.A., considerando taxa de juros equivalente IPCA, incidentes a partir da Data do Pedido de Recuperação Judicial e prazo de 5 anos.

No decorrer da safra 2022/2023, ocorreram os primeiros pagamentos aos credores detentores de Créditos Extraconcursais Aderentes, nas seguintes proporções:

Principal pago	Juros pago	Total pago
4.860	30.596	35.456

(d) Possíveis efeitos provocados pelo conflito Rússia-Ucrânia nas demonstrações financeiras

O conflito entre a Rússia e a Ucrânia tem impactado o cenário global e, nesse contexto, o setor sucroenergético, podendo afetar a disponibilidade e preço de insumos, principalmente de fertilizantes, petróleo e outras *commodities*, além do aumento das taxas de juros e da inflação, dos custos de fretes, dentre outros, podendo impactar a Companhia com efeitos reflexos nos seus custos dos insumos produtivos e nas despesas de vendas.

Agro Energia Santa Luzia S.A. **(Em recuperação judicial)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Até o momento, contudo, os efeitos do conflito Rússia-Ucrânia não causaram impactos significativos nas operações da Companhia ou no valor justo de seus ativos e passivos. A administração da Companhia está monitorando a situação, e até o momento não identificou alterações em suas estimativas contábeis que possam gerar perdas demonstrações financeiras da Companhia.

(e) Renovabio

Foi instituído pelo Governo Federal através da Lei 13.576/2017. O principal instrumento do RenovaBio é o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país. As metas nacionais de redução de emissões para a matriz de combustíveis foram definidas para o período de 2019 a 2029 pela Resolução CNPE nº 15, de 24 de junho de 2019, sendo anualmente desdobradas em metas individuais compulsórias para os distribuidores de combustíveis, conforme suas participações no mercado de combustíveis fósseis, nos termos da Resolução ANP nº 791/2019, de 12 de junho de 2019. Por meio da certificação da produção de biocombustíveis são atribuídas as notas para cada produtor e importador de biocombustível, em valor inversamente proporcional à intensidade de carbono do biocombustível produzido (Nota de Eficiência Energético-Ambiental). A nota reflete exatamente a contribuição individual de cada agente produtor para a mitigação de uma quantidade específica de gases de efeito estufa em relação ao seu substituto fóssil (em termos de toneladas de CO² equivalente).

Além da nota, o processo de certificação da produção de biocombustíveis leva em conta a origem da biomassa energética matéria-prima do biocombustível, No caso de biomassa produzida em território nacional somente pode ser considerada a produzida em imóvel com Cadastro Ambiental Rural (CAR) ativo ou pendente e sem ocorrência de supressão de vegetação nativa a partir dos marcos legais do RenovaBio (volume elegível).

O biocombustível comercializado dá origem ao CBIO, na proporção estabelecida conforme nota estabelecida para o produtor.

A Companhia comercializou na safra 22/23 0,5 milhão de CBIOs (0,4 milhão na safra 21/22) com impacto de R\$ 47.321 (R\$ 7.366, em 31 de março de 2022) na receita bruta (ano-safra).

Agro Energia Santa Luzia S.A. **(Em recuperação judicial)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

(f) Gestão de riscos climáticos

Assim como outras empresas do agronegócio e produtores rurais, a Companhia está sujeito a riscos climáticos, dentre eles o risco de secas prolongadas, geadas e incêndios. Para mitigar os impactos desses fenômenos, a Companhia realiza o monitoramento constante desses riscos, bem como adota medidas mitigatórias, caso venham a ocorrer.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Base de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

A administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras de 31 de março de 2023, em 11 de Agosto de 2023.

2.1. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

Agro Energia Santa Luzia S.A. **(Em recuperação judicial)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

Além disso, a sua preparação requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Para os ativos que requerem mensuração e apresentação de acordo com o seu valor justo ou teste de redução ao valor recuperável - *impairment* (estoques, ativos biológicos, imobilizado e intangível, incluindo o ágio), a Companhia informa que considerou os impactos econômicos e financeiros projetados em função do conflito, nas premissas utilizadas em seus referidos cálculos. Todos os efeitos decorrentes desta mensuração foram considerados nas demonstrações financeiras.

2.3. Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico de atuação ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando e se aplicável, relacionados aos instrumentos designados em operações de *hedge* de fluxo de caixa, quando são incluídos na conta de "Ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido.

Agro Energia Santa Luzia S.A. **(Em recuperação judicial)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.3. Conversão de moeda estrangeira--Continuação

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e financiamentos, quando não relacionados às operações de *hedge* de fluxo de caixa, são registrados na demonstração do resultado, dentro do resultado financeiro, nas rubricas, "Juros passivos", "Variação cambial passiva (ou ativa)" e "Variação monetária passiva (ou ativa)". Os rendimentos de caixa e equivalentes de caixa são registrados na demonstração do resultado, na conta de "Receitas financeiras", nas rubricas, "Rendimento com aplicações financeiras", conforme Nota 28.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5. Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica e mensura seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio de resultados (VJR), conforme CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A classificação deve levar em consideração o modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e as características dos fluxos de caixa contratados.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Agro Energia Santa Luzia S.A. **(Em recuperação judicial)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.5. Ativos financeiros--Continuação

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado, dentro de "Receitas e despesas financeiras" na rubrica "Ajuste a valor de mercado" (Nota 28).

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado, na conta de "Outras despesas operacionais, líquidas" como "Ganhos e perdas de títulos de investimento".

Os juros de títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado, na conta de "Receitas e despesas financeiras", na rubrica "Outras receitas (despesas) financeiras".

Reconhecimento e mensuração

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. Se houver alguma dessas evidências para os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado, a perda esperada - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo projetado, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado - é retirada do e reconhecida na demonstração do resultado. Para os instrumentos patrimoniais, as perdas por *impairment* reconhecidas no resultado do exercício não são revertidas.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Agro Energia Santa Luzia S.A. **(Em recuperação judicial)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.5. Ativos financeiros--Continuação

Impairment de ativos financeiros

Para os ativos mensurados ao custo amortizado, a Companhia avalia no encerramento do balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado ou se há evidência objetiva de perdas futuras. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou;
- (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Agro Energia Santa Luzia S.A. **(Em recuperação judicial)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.5. Ativos financeiros--Continuação

Impairment de ativos financeiros- Continuação

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.6. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos (quando existentes) são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado sendo, subsequentemente, remensurados. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge*. Sendo este caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*.

Instrumentos financeiros não derivativos são dívidas captadas em moeda estrangeira pela controladora da Companhia, para financiamento, direto ou indireto, das exportações. Tais dívidas são classificadas como *hedge* de fluxo de caixa e são reconhecidas no passivo pelo custo amortizado com as variações periódicas referentes à valorização ou desvalorização do Real frente às moedas estrangeiras registradas no patrimônio líquido, na conta de "Ajuste de avaliação patrimonial". A Companhia não adota a prática contábil de *hedge accounting*, uma vez que os instrumentos de *hedge* são contratados no contexto das operações consolidadas da controladora direta da Companhia e, dessa forma, não é praticável a utilização dessa política em suas demonstrações. Nesse contexto, as demonstrações financeiras da Companhia são ajustadas, para fins de cálculo de equivalência patrimonial e consolidação na sua controladora direta, objetivando o

Agro Energia Santa Luzia S.A. **(Em recuperação judicial)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras—Continuação

2.6. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge* -- Continuação

alinhamento das práticas contábeis do Grupo Atvos. Assim como os derivativos classificados como *hedge*, o reconhecimento destas variações no resultado do exercício é registrado compensando a variação correspondente na sua receita de exportação.

Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos derivativos podem não se qualificar para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente como resultado financeiro do exercício.

Em 31 de março de 2023 e de 2022 a Companhia não apresentava qualquer instrumento derivativo contratado baseado nas operações individuais.

2.7. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, e se aplicável, estão apresentadas no ativo não circulante.

Inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda estimada para crédito de liquidação duvidosa. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.8. Estoques e adiantamentos a fornecedores

São demonstrados ao custo médio das compras, produção ou pelos valores dos adiantamentos, ajustados, quando necessário, por provisão para perda estimada na sua realização.

Os gastos com manutenção, desde que não passíveis de capitalização, e a depreciação de máquinas e equipamentos agrícolas e industriais, incorridos no período de entressafra, são registrados nos Estoques e apropriados ao custo de produção de cada produto no decorrer da próxima safra.

Agro Energia Santa Luzia S.A. **(Em recuperação judicial)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras—Continuação

2.9. Depósitos judiciais

Para os casos com passivo constituído, são apresentados como dedução do valor do passivo correspondente, se não houver possibilidade de resgate, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia. Não havendo passivo constituído, os depósitos judiciais são apresentados no ativo não circulante.

2.10. Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas ou, no caso de despesas antecipadas, ao custo.

2.11. Ativos intangíveis

a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. Os ágios foram contabilizados antes de 31 de março de 2009, ou seja, antes da alteração ocorrida nas práticas contábeis, e é representado pela diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido contábil da empresa adquirida. O ágio de aquisições de entidades é registrado como "Ativo intangível". Caso seja apurado deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data de aquisição da empresa.

O ágio é testado anualmente para verificar sua recuperabilidade (teste de *impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado à Unidade Geradora de Caixa (UGC), para fins de teste de *impairment*, dependendo do beneficiário da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

A administração da Companhia considera que seu polo industrial corresponde à uma única UGC, que opera de forma coordenada, sendo esta a forma como o negócio é gerido e as decisões são tomadas pela diretoria.

Agro Energia Santa Luzia S.A. **(Em recuperação judicial)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras - Continuação

2.11. Ativos intangíveis--Continuação

b) Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável ou expectativa de utilização do ativo.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos, e os de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada ou expectativa de utilização do ativo.

2.12. Imobilizado

As terras compreendem as propriedades rurais onde são cultivadas as lavouras de cana-de-açúcar e onde estão instaladas as unidades fabris e administrativas da Companhia e não sofrem efeito de depreciação.

As plantas de produção (plantas que serão utilizadas como suprimento de produtos), de acordo com o CPC 27, são contabilizadas de forma semelhante a uma máquina em um processo produtivo e, portanto, classificadas como ativo imobilizado sendo mensuradas ao custo menos depreciação acumulada e perda por *impairment*.

Edifícios e benfeitorias correspondem, substancialmente, às construções dos prédios da indústria, da sede administrativa e de outras benfeitorias em imóveis rurais. As máquinas e equipamentos agrícolas correspondem aos custos de aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas utilizados nas atividades de plantio, tratos culturais e colheita.

Os bens do ativo imobilizado são demonstrados pelo custo histórico deduzida a depreciação acumulada, conforme facultado pela Lei no 11.638/07 e pelo Pronunciamento CPC 13 - "Adoção Inicial da Lei no 11.638/07".

Agro Energia Santa Luzia S.A. **(Em recuperação judicial)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras - Continuação

2.12. Imobilizado - Continuação

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil, identificado, de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos, exceto quando ocorridos no período de entressafra, quando são classificados em Estoques, na conta "Custos a apropriar do período de entressafra", e apropriados ao custo de produção durante a safra seguinte.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.14).

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Quando os ativos reavaliados são vendidos, os valores incluídos na reserva de reavaliação são transferidos para a conta de prejuízos acumulados.

Os custos dos juros sobre recursos tomados para financiar a construção de ativos ou determinados projetos, qualificáveis, são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo ou projeto para o uso pretendido, quando aplicável.

2.13. Ativos biológicos

Os ativos biológicos compreendem os custos com tratamentos culturais da cana soca e a diferença entre o custo contábil da lavoura e o seu valor justo, sendo amortizados no compasso da colheita. As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na Nota 8.

O valor justo dos ativos biológicos é determinado no reconhecimento dos ativos e na data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é determinado pela diferença entre o valor justo no início e final do exercício, sendo registrado como custo dos produtos vendidos.

Agro Energia Santa Luzia S.A. **(Em recuperação judicial)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras – Continuação

2.14. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (UGCs).

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados periodicamente para a análise de uma possível reversão do *impairment*.

2.15. Contas a pagar aos fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, considerando o curto prazo de vencimento, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.16. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Agro Energia Santa Luzia S.A. **(Em recuperação judicial)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras – Continuação

2.16. Empréstimos e financiamentos – Continuação

As taxas pagas na captação dos recursos são reconhecidas como custo da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou toda a dívida seja sacada. Nesse caso, a taxa é diferida até que a liquidação ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de liquidação de parte ou da totalidade da dívida, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo e/ou financiamento ao qual se relaciona.

Instrumentos financeiros, inclusive debêntures, que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica são classificadas como passivo. A remuneração sobre as debêntures é reconhecida na demonstração do resultado como despesa financeira.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, inclusive nos casos de descumprimento contratual que impliquem no vencimento antecipado de todo o passivo, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses após a data do balanço.

2.17. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo e, portanto, atualização do passivo, é reconhecido como despesa financeira.

Agro Energia Santa Luzia S.A. **(Em recuperação judicial)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras – Continuação

2.18. Provisões para processos judiciais

A Companhia reconhece provisões para processos judiciais (trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários) em que é parte envolvida, com base na avaliação da probabilidade de perda realizada por seus assessores jurídicos, baseando-se nas leis, jurisprudências e evidências disponíveis. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente.

2.19. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados na data do balanço em que a Companhia gera lucro tributável.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais e base negativa acumulados e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações

financeiras, aplicando-se às alíquotas da legislação vigente. Estes impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que os lucros futuros tributáveis sejam suficientes para compensar os créditos fiscais advindos das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, de acordo com projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos que podem, portanto, sofrer alterações.

Os tributos sobre a renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionados com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

As alíquotas de imposto de renda e contribuição social aplicadas para cálculo dos impostos correntes e diferidos seguem a legislação vigente sendo, atualmente, 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

Agro Energia Santa Luzia S.A. **(Em recuperação judicial)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras – Continuação

2.20. Reconhecimento de receita

a) Venda de produtos

A receita compreende, substancialmente, o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. É apresentada líquida de impostos, fretes, devoluções, abatimentos e descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança; quando é provável que fluirão benefícios econômicos futuros decorrentes da transação e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda por *impairment* é identificada em relação a um contas a receber, reduz-se o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira, que é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

2.21. Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar

A Companhia adota a norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos, que estabelece um modelo único de contabilização de arrendamentos e parcerias agrícolas no balanço patrimonial. O direito de uso do ativo é reconhecido como um ativo e as obrigações de pagamentos dos contratos que se enquadram no escopo da norma, incluindo os contratos de parcerias agrícolas vigentes, apesar de possuírem natureza e características jurídicas distintas aos contratos de arrendamento, como um passivo. O ativo de direito de uso é apropriado ao resultado de acordo com a realização do contrato. O valor presente dos passivos é calculado de acordo com o saldo remanescente dos contratos, líquido de adiantamentos realizados. A taxa incremental utilizada equivale a taxa de juros real de empréstimos e financiamentos que tenham natureza semelhante, captados ou não pela Companhia. Contratos com vigência remanescente menor que 12 meses ou de valor imaterial não foram enquadrados no escopo da norma.

Agro Energia Santa Luzia S.A. **(Em recuperação judicial)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras – Continuação

2.22. Adiantamentos de clientes

Referem-se, principalmente, à entrega futura de produtos, podendo ser prorrogados por uma ou mais safras, mediante entendimento entre as partes.

2.23. Outras despesas operacionais, líquidas

Compostas, principalmente, por provisões e/ou perdas relacionadas a processos judiciais (trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários).

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

São continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício, estão contempladas abaixo:

a) Valor justo dos ativos biológicos

O valor justo dos ativos biológicos é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados como mencionado nas Notas 2.13 e 8.

b) Perda por *impairment* estimada do ágio e outros ativos

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de valores recuperáveis dos ágios e ativos intangíveis com vida útil indefinida. Ativos imobilizado e intangível de vida definida que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa a que foi atribuído o ágio inclui também o uso de estimativas e requer um grau significativo de julgamento da Administração. Para mais detalhes, vide Notas 2.11 (a) e 13.

Agro Energia Santa Luzia S.A.
(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos - Continuação

c) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. Os impostos diferidos ativos são revisados regularmente em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com estudo de viabilidade técnica.

d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. É utilizado a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros disponíveis para venda, não negociados em mercados ativos.

As variações periódicas do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem, exceto quando o derivativo for designado e qualificado como *hedge* para fins contábeis na data da operação.

e) Revisão da vida útil recuperável do ativo imobilizado

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

f) Provisão para contingências

A Companhia reconhece provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Para mais detalhes, vide Nota 24.

Agro Energia Santa Luzia S.A. **(Em recuperação judicial)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos - Continuação

g) Taxa incremental dos passivos de arrendamento a pagar

A Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia. Para mais detalhes, vide Nota 14.

4. Impactos de novas normas e interpretações nas demonstrações financeiras e rerepresentações das demonstrações financeiras

4.1. Novos pronunciamentos técnicos adotados

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de abril de 2022:

Aprimoramentos anuais – ciclo entre 2018 e 2020: Em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual:

- (i) *IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros*: Esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
- (ii) *IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamentos*: Altera o exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.

Alteração ao IAS 37/CPC 25 – Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: Em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.

Alteração ao IAS 16/CPC 27 – Ativo Imobilizado: Em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.

Agro Energia Santa Luzia S.A. **(Em recuperação judicial)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Impactos de novas normas e interpretações nas demonstrações financeiras –Continuação

4.1. Novos pronunciamentos técnicos adotados--Continuação

Alteração ao IFRS 3/CPC 15 – Combinação de Negócios: Emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente.

IFRS 1/CPC 37 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros: Simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

IAS 41/CPC 09 - Ativos Biológicos: Remove a exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos sobre o lucro ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

As alterações e aprimoramentos mencionados acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.

4.2. Novas normas e interpretações aplicáveis às demonstrações financeiras

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de março de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC):

Alterações ao IAS-1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis): Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem o que significa um direito de postergar a liquidação, que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório, que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação e ainda, que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2023.

Agro Energia Santa Luzia S.A.
(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Impactos de novas normas e interpretações nas demonstrações financeiras--
-Continuação

4.2. Novas normas e interpretações aplicáveis às demonstrações financeiras--
Continuação

Alterações ao IAS-8 - Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis): Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de “estimativa contábeis”. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2023.

Alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement-2* - Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis): Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS

1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2023.

Agro Energia Santa Luzia S.A. **(Em recuperação judicial)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Impactos de novas normas e interpretações nas demonstrações financeiras-- -Continuação

4.2. Novas normas e interpretações aplicáveis às demonstrações financeiras-- Continuação

Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis): Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento.

A Companhia está atualmente revisitando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas. Entretanto, não é esperado impactos materiais para a Companhia pelas alterações mencionadas acima.

Adicionalmente, não há outras normas IFRS/CPC ou interpretações IFRIC/ICPC, aplicáveis à Companhia, que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos em três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor.

Agro Energia Santa Luzia S.A.
(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
 31 de março de 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras--Continuação

a) Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Rendimento anual</u>	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Caixa e bancos - no Brasil		4.130	25
Aplicações financeiras: no Brasil:			
CDB	101,33%	237.540	171.963
Fundos de investimento	(i)	15.640	42.896
Compromissada	-	-	9.023
		<u>253.180</u>	<u>223.882</u>
		<u>257.310</u>	<u>223.907</u>

(i) Corresponde a aplicações em fundos de renda fixa administrados por instituições financeiras de primeira linha, os quais são geridos por quotas, a critério unicamente da Companhia, com rendimentos e liquidez diários.

b) Aplicações financeiras

	<u>Rendimento anual</u>	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Valor justo por meio do resultado			
Fundos de investimento	(i)	2.201	2.166
		<u>2.201</u>	<u>2.166</u>
Ativo não circulante		<u>2.201</u>	<u>2.166</u>

(i) Corresponde a aplicações em fundos de renda fixa administrados por instituições financeiras de primeira linha, os quais são geridos por quotas, a critério unicamente da Companhia, com rendimentos diários, vencimentos superiores à 3 meses e inferiores à 12 meses.

Agro Energia Santa Luzia S.A.
(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
 31 de março de 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber de clientes está composto da seguinte forma:

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Contas a receber - no Brasil:			
- de clientes		27.649	13.638
- de partes relacionadas	10(a)	<u>404</u>	<u>244</u>
		28.053	13.882
Provisão para perdas de crédito esperadas:			
- de clientes		<u>(808)</u>	<u>(947)</u>
		(808)	(947)
		<u>27.245</u>	<u>12.935</u>
Ativo circulante		<u>(26.199)</u>	<u>(6.860)</u>
Ativo não circulante		<u>1.046</u>	<u>6.075</u>

A Companhia não tem títulos cedidos como garantia. A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber de clientes.

A análise do vencimento das contas a receber de clientes é como segue:

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
A vencer:	25.593	11.793
Vencidos:		
- até 30 dias	623	-
- de 31 a 60 dias	593	-
- de 61 a 90 dias	2	-
- de 91 a 180 dias	813	-
- de 181 a 360 dias	-	594
- acima de 360 dias	<u>429</u>	<u>1.495</u>
	2.460	2.089
	<u>28.053</u>	<u>13.882</u>

A provisão para perdas de crédito esperada foi calculada com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, as garantias reais para os débitos e, quando aplicável, negociações em andamento com base na avaliação dos assessores jurídicos.

Agro Energia Santa Luzia S.A. (Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber de clientes--Continuação

A provisão para perdas de crédito esperada é considerada suficiente pela administração da Companhia para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber e a movimentação para os exercícios sociais findos em 31 de março de 2023 e 2022, estando assim demonstrada:

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Saldo no início do exercício	(947)	(947)
Adições	(712)	-
Reversões	851	-
Saldo no final do exercício	<u>(808)</u>	<u>(947)</u>

7. Estoques e adiantamentos a fornecedores

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de realização.

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Produtos acabados e em elaboração	44.923	32.358
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar (i)	86.692	56.039
Adiantamentos - compra de insumos e outros	201	133
Custos a apropriar do período de entressafra (ii)	78.648	107.483
Almoxarifado de insumos, materiais auxiliares e manutenção	35.165	25.337
Provisão para perdas nos estoques (iii)	(2.129)	(3.315)
	<u>243.500</u>	<u>218.035</u>
Ativo circulante	<u>(198.530)</u>	<u>(186.343)</u>
Ativo não circulante	<u>44.970</u>	<u>31.692</u>

- (i) Os adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar estão relacionados aos contratos de parceria agrícola e fornecedores de cana-de-açúcar. A classificação entre circulante e não circulante leva em consideração a expectativa da administração quanto à realização desses saldos, mediante a entrega futura de cana-de-açúcar desses parceiros.
- (ii) Referem-se a gastos com manutenção e depreciação de máquinas e equipamentos agrícolas e industriais, incorridos no período de entressafra, que serão apropriados no resultado da safra seguinte, conforme descrito na Nota 2.8.
- (iii) Os estoques de almoxarifado de insumos, materiais auxiliares e manutenção consideram a previsão de utilização e consumo segundo a projeção de plantio e moagem do próximo ciclo.

Agro Energia Santa Luzia S.A. (Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Estoques e adiantamentos a fornecedores --Continuação

Em 31 de março de 2023 e 2022, os estoques apresentam-se deduzidos por perdas estimadas de realização e das provisões de estoques obsoletos e com giro lento. As movimentações das referidas perdas estão demonstradas abaixo e foram reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica "Custo dos produtos vendidos":

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Saldo no início do exercício	(3.315)	(1.253)
Adições	-	(2.062)
Baixas / Reversões	1.186	-
Saldo no final do exercício	<u>(2.129)</u>	<u>(3.315)</u>

A Companhia tem o objetivo de realizar a venda de seus estoques obsoletos via leilão.

8. Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizados como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita. Esses ativos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas.

A mensuração do valor justo do ativo biológico está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente:

- Entradas de caixa obtidas por meio de cálculos que consideram: (i) produtividade da cana-de-açúcar na safra, medida em tonelada; (ii) nível de concentração de açúcar (Açúcar Total Recuperável ("ATR")) esperado para as safras futuras; (iii) valor do ATR por tonelada de cana, calculado conforme metodologia do CONSECAN (Conselho dos produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do Estado de São Paulo), que leva em consideração o mix de produção, no mercado, de açúcar e etanol (hidratado e anidro) e os preços futuros esperados para cada um destes produtos; e

Agro Energia Santa Luzia S.A. (Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Ativos biológicos--Continuação

- (b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a Colheita/Corte, Transbordo e Transporte - CTT; (iii) custo de capital (terras, máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola (passivos de arrendamento); e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

Com base na estimativa de receitas e custos, determina-se o fluxo de caixa a ser gerado, considerando-se uma taxa de desconto que objetiva definir o valor presente dos ativos biológicos. As variações no valor justo são registradas como ativo biológico no ativo circulante tendo como contrapartida a conta "custo dos produtos vendidos" na demonstração do resultado.

A amortização das variações do valor justo dos ativos biológicos é realizada de acordo com a colheita da cana-de-açúcar.

As principais premissas foram utilizadas na determinação do referido valor justo:

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Área total estimada de colheita (ha)	40.517	44.207
Produtividade prevista (ton/ha)	81,82	68,59
Quantidade de ATR por ton, de cana-de-açúcar (kg)	131,46	128,60
Preço médio projetado de ATR (R\$)	1,1476	1,0213

Na demonstração financeira atual, a taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor justo dos ativos biológicos é de 10,21% a.a. (11,17% a.a. em 31 de março de 2022). O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras.

A amortização das variações do valor justo dos ativos biológicos é realizada de acordo com a colheita.

Durante exercício findo em 31 de março de 2023, a Companhia revisou as premissas utilizadas para o cálculo do ativo biológico, dos quais os principais impactos foram: (i) aumentos dos custos agrícolas; e (ii) diminuição de preço do ATR médio, influenciado pelo preço do etanol e do açúcar *Very High Polarization* (VHP), em linha com o que vem sendo observado nos últimos meses, assim como pelo efeito da volatilidade do dólar americano.

Como resultado, a valorização do ativo biológico em 31 de março de 2023 foi assim determinada:

Agro Energia Santa Luzia S.A.
(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Ativos biológicos--Continuação

a) Composição

	31/03/2023		31/03/2022	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Ativo biológico (lavoura cana-de-açúcar)	460.976	(350.363)	110.613	95.265
Valor justo (lavoura cana-de-açúcar)	9.028	-	9.028	38.428
Ativo biológico (lavoura demais culturas)	1.596	(1.596)	-	25
	<u>471.600</u>	<u>(351.959)</u>	<u>119.641</u>	<u>133.718</u>

b) Movimentação do ativo biológico

	31/03/2023			31/03/2022		
	Cana-de-açúcar	Demais culturas	Total	Cana-de-açúcar	Demais culturas	Total
Saldo inicial dos ativos biológicos	133.693	25	133.718	88.399	-	88.399
Aumentos decorrentes de tratos	110.588	-	110.588	95.264	1.621	96.885
Variação no valor justo	9.028	-	9.028	38.428	-	38.428
Reduções decorrentes da colheita	(133.668)	(25)	(133.693)	(88.398)	(1.596)	(89.994)
Saldo final dos ativos biológicos	<u>119.641</u>	<u>-</u>	<u>119.641</u>	<u>133.693</u>	<u>25</u>	<u>133.718</u>

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes de mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais. Por consequência dessas exposições, os resultados das safras futuras poderão ser afetados, aumentados ou reduzidos.

c) Análise de sensibilidade do valor justo

A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2023, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 22.442 (R\$ 20.727, em 31 de março de 2022). Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R\$ 14.879 (R\$ 15.822 em 31 de março de 2022).

Agro Energia Santa Luzia S.A. (Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Tributos a recuperar

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ("ICMS") (i)	66.543	29.493
Contribuição para financiamento da seguridade social - ("COFINS") (ii)	40.231	33.317
Programa de integração social - ("PIS") (ii)	8.056	7.011
Imposto de renda retido na fonte - ("IRRF") (iii)	6.862	1.325
Instituto Nacional do Seguro Social - ("INSS") (iv)	806	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - ("CSLL")	-	27
Outros tributos a recuperar	98	405
	<u>122.596</u>	<u>71.578</u>
Ativo circulante	<u>(111.257)</u>	<u>(48.913)</u>
Ativo não circulante	<u>11.339</u>	<u>22.665</u>

(i) ICMS

Os Créditos de ICMS a recuperar são oriundos, sobretudo, de créditos presumidos e outorgados concedidos pelos estados por meio de benefício fiscais vinculados a saída incentivada de etanol anidro e hidratado. Ainda, parte do aumento do saldo a recuperar advém de créditos outorgados de ICMS concedidos pelos estados por meio de Emenda Constitucional nº 123/2022, a qual conferiu o auxílio financeiro da União aos Estados e repassado aos produtores de etanol hidratado no período de agosto a dezembro de 2022.

Com a intenção de utilizar os saldos acumulados de ICMS, a Companhia revisa periodicamente suas operações como forma de buscar maiores monetizações, seja pela mudança de mix de seus produtos, transferência entre estabelecimentos filiais, aquisição de máquinas e equipamentos com créditos tributários ou pedidos de ressarcimento.

(ii) PIS e COFINS

Os saldos de PIS, COFINS e ICMS a recuperar advém de transações mercantis, apropriados na aquisição de bens do ativo imobilizado e insumos de produção. O aumento de crédito de PIS e COFINS decorre, principalmente, em razão da alteração promovida pela Lei Complementar nº.192/22, a qual reduziu à 0 (zero) as alíquotas das respectivas contribuições sobre as vendas de etanol no período entre 23 de junho e 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, houve a edição da Medida Provisória nº. 1.157/2023, publicada em 2 de janeiro de 2023, que prorrogou a redução até 28 de fevereiro de 2023 e, posteriormente, edição da Medida Provisória nº.1.163/2023, de 23 de fevereiro, a qual retornou a cobrança de forma parcial das contribuições do PIS e COFINS, entre 1 de março a 30 de junho de 2023.

Com a expectativa de retomada da tributação integral do PIS e COFINS sobre a venda de etanol a partir de 1º de julho de 2023, a Companhia espera a sua realização com o próprio débito das respectivas contribuições, assim como a utilização na compensação com outros tributos federais, especialmente INSS sobre faturamento, e/ou pedidos de ressarcimento perante a Receita Federal do Brasil.

(iii) Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF

Refere-se, substancialmente, a imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras e antecipações realizadas e serão ressarcidas ou compensadas com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido a recolher ou quaisquer outros tributos federais.

(iv) Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS

Substancialmente, referem-se à créditos de INSS oriundos de superveniência, relativa à receita de vendas para a Zona Franca de Manaus e equiparadas à exportações.

Agro Energia Santa Luzia S.A. (Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Partes relacionadas

A Companhia mantém saldos e realiza transações com sua controladora e outras partes relacionadas. Essas transações são realizadas no melhor interesse do Grupo Atvos como um todo e não necessariamente de uma entidade isolada. Os principais saldos e operações são como segue:

a) Resumo dos saldos com partes relacionadas

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
No ativo circulante			
Em contas a receber de clientes - mercado interno			
Usina Eldorado S.A. ("Eldorado")	(a)	122	-
Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. ("Brenco")	(a)	282	-
Novonor S.A. e suas controladas ("Novonor")	(b)	-	244
		<u>404</u>	<u>244</u>
Partes relacionadas			
BIOCOM - Companhia de Bioenergia de Angola ("Biocom")	(b)	-	155
		-	<u>155</u>
Prov. Perdas de créditos esperadas			
BIOCOM - Companhia de Bioenergia de Angola ("Biocom")	(e)	-	(155)
		-	<u>(155)</u>
Total no ativo circulante		<u>404</u>	<u>244</u>
No ativo não circulante			
Partes relacionadas			
Atvos Agroindustrial Investimentos S.A. ("Atvos Inv")	(d)	5.596	5.596
Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")	(d)	195.823	176.481
Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. ("Brenco")	(d)	59	59
Total no ativo não circulante		<u>201.478</u>	<u>182.136</u>
No passivo circulante			
Fornecedores			
Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")	(a)	113	113
Destilaria Alcídia S.A. ("DASA")	(a)	23	21
Usina Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(a)	550	169
Usina Eldorado S.A. ("Eldorado")	(a)	-	591
Rio Claro Agroindustrial S.A. ("Rio Claro")	(a)	253	455
Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. ("Brenco")	(a)	-	378
Novonor S.A. e suas controladas ("Novonor")	(b)	92	34
		<u>1.031</u>	<u>1.761</u>
Empréstimos e financiamentos			
Soneva Energias Renováveis S.A. ("Soneva")	(f)	20.531	-
		<u>20.531</u>	-
Partes relacionadas			
Atvos Agroindustrial S.A. ("Atvos")	(c)	13.640	9.756
Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")	(c)	3.145	3.291
Destilaria Alcídia S.A. ("DASA")	(c)	21	21
Usina Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(c)	52	52
Usina Eldorado S.A. ("Eldorado")	(c)	2	2
Atvos Bioenergia S.A. ("Atvos Bio")	(c)	49	65
		<u>16.909</u>	<u>13.187</u>
Total no passivo circulante		<u>38.471</u>	<u>14.948</u>

Agro Energia Santa Luzia S.A. (Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Partes relacionadas--Continuação

No passivo não circulante			
Fornecedores			
Novonor S.A. e suas controladas ("Novonor")	(b)	<u>21</u>	<u>21</u>
		<u>21</u>	<u>21</u>
	Nota	2023	2022
Adiantamento de clientes			
Atvos Agroindustrial Investimentos S.A. ("Atvos Inv")	(b)	<u>1</u>	<u>1</u>
		<u>1</u>	<u>1</u>
Empréstimos e financiamentos			
Soneva Energias Renováveis S.A. ("Soneva")	(f)	<u>349.273</u>	<u>-</u>
		<u>349.273</u>	<u>-</u>
Total no passivo não circulante		<u>349.295</u>	<u>22</u>

b) Transações relevantes no período

	Nota	2023	2022
Vendas de mercadorias e serviços			
Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável ("Brenco")	(a)	14.006	5.262
Usina Eldorado S.A. ("Eldorado")	(a)	5.180	7.427
Usina Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(a)	4.388	548
Rio Claro Agropecuária S.A. ("Rio Claro")	(a)	828	290
Destilaria Alcídia S.A. ("DASA")	(a)	7	157
Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")	(a)	-	19.022
		<u>24.409</u>	<u>32.706</u>
Compras de mercadorias e serviços			
Usina Eldorado S.A. ("Eldorado")	(a)	(17.520)	(16.957)
Usina Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(a)	(2.780)	(1.488)
Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. (Brenco")	(a)	(1.557)	(3.437)
Rio Claro Agroindustrial S.A. ("Rio Claro")	(a)	(908)	(3.106)
Destilaria Alcídia S.A. ("DASA")	(a)	(460)	(446)
Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")	(d)	(120)	(120)
		<u>(23.345)</u>	<u>(25.554)</u>
Repasse de despesas do corporativo			
Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")	(c)	(25.897)	(27.377)
Atvos Agroindustrial S.A. ("Atvos")	(c)	(3.875)	(4.751)
Atvos Bioenergia S.A. ("Atvos Bio")	(c)	(518)	(1.502)
Usina Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(c)	(499)	(752)
Destilaria Alcídia S.A. ("DASA")	(c)	(117)	(123)
Novonor S.A. e suas controladas ("Novonor")	(b)	(37)	(22)
Usina Eldorado S.A. ("Eldorado")	(c)	(24)	(16)
Rio Claro Agroindustrial S.A. ("Rio Claro")	(c)	5	(214)
Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. (Brenco")	(c)	50	(31)
		<u>(30.912)</u>	<u>(34.788)</u>
Despesas financeiras			
Soneva Energias Renováveis S.A. ("Soneva")	(f)	(1.403)	-
		<u>(1.403)</u>	<u>-</u>
Outras receitas e despesas, líquidas			
Rio Claro Agroindustrial S.A. ("Rio Claro")	(a)	(1)	-
Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável ("Brenco")	(c)	1	(179)
Usina Eldorado S.A. ("Eldorado")	(a)	19	-
Novonor S.A. e suas controladas ("Novonor")	(b)	(261)	(155)
		<u>(242)</u>	<u>(334)</u>

Agro Energia Santa Luzia S.A. **(Em recuperação judicial)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Partes relacionadas--Continuação

a) Transações relevantes no período

(a) Referem-se a saldos a receber ou a pagar (receita/custo) sobre comercialização de produtos entre empresas do Grupo Atvos e Grupo Novonor e ajustes realizados sobre saldos a receber/pagar entre empresas do grupo classificados em outras receitas (despesas), líquidas.

(b) Refere-se, substancialmente, a transações comerciais ocorridas entre empresas do Grupo Novonor.

(c) Refere-se, substancialmente, ao contrato de compartilhamento de despesas firmado entre as empresas do Grupo Atvos.

(d) Refere-se a contrato de conta corrente e têm o propósito de, através de repasses ou retiradas de recursos financeiros, simplificar as relações comerciais existentes entre as empresas e que demandam administração conjunta de valores. Essa operação é denominada "Caixa Único" e sobre os saldos credores ou devedores existentes entre as partes não incidem encargos financeiros. Vale destacar que a controladora direta da Companhia Atvos Par, gestora do caixa único, efetua o repasse mensal das receitas e despesas financeiras registradas em suas demonstrações financeiras, decorrentes dos movimentos originários pelo caixa único, proporcionalmente às posições credoras e devedoras existentes entre ela e as demais empresas do Grupo Atvos

(e) Refere-se a provisão para perdas de crédito esperadas, conforme melhor avaliação da Administração da Companhia.

(f) Em 17 de março de 2023 foi formalizado Termo de Dação em Pagamento entre as Empresas do Grupo Atvos, onde foram transferidos os créditos detidos pelos credores financeiros da Tranche B do Plano de Recuperação Judicial naquela data à Soneva Energias Renováveis S.A. ("Soneva"), controlada direta do novo controlador do Grupo Atvos, FIP Agroenergia, mediante a emissão e posterior integralização de 6.391.642 Debêntures entre a Soneva e os credores originais do PRJ, mantendo todas as condições previstas no referido plano, de forma que neste momento não houve modificação ou extinção da dívida original à luz do CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Em 31 de março de 2023, os saldos atualizados dos créditos transferidos à Soneva relacionados à Companhia somam R\$369.804, conforme nota explicativa nº 16. Entre 17 de março e 31 de março de 2023 a Companhia apurou despesas de juros de R\$1.403 em função da dação em pagamento com a Soneva.

Agro Energia Santa Luzia S.A.
(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
 31 de março de 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Investimentos

O saldo de investimentos da Companhia é composto como segue:

Empresas	Ações e % de participação no capital social	Patrimônio líquido		Valor contábil do investimento		Resultado com equivalência patrimonial	
		31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. (i)	0,08	862.600	791.123	707	657	50	92
Classificados no ativo não circulante				707	657		

(i) Conforme disciplina o item 16 do CPC 18 (R2), a participação no CTC é contabilizada aplicando o método da equivalência patrimonial.

a) Movimentação dos investimentos

	Resultado com equivalência patrimonial		
	31/03/2022		31/03/2023
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	657	50	707
	657	50	707

	Resultado com equivalência patrimonial		
	31/03/2021		31/03/2022
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	565	92	657
	565	92	657

Agro Energia Santa Luzia S.A. (Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear, onde para os equipamentos de produção é utilizado o método de depreciação acelerada, respeitando o período de moagem.

Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados, e itens que se desgastam durante a safra são ativados por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados.

Lavouras de cana-de-açúcar correspondem às plantas portadoras que são exclusivamente utilizadas para cultivar a cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar é classificada como cultura permanente, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem, em média, de seis a oito anos após o seu primeiro corte. Os custos dos encargos sobre empréstimos e financiamentos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para uso pretendido.

a) Composição

	31/03/2023		31/03/2022		Taxas médias anuais de depreciação
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>	
Equipamentos e instalações industriais	639.725	(336.854)	302.871	325.836	4,56
Edifícios e benfeitorias	280.002	(101.801)	178.201	186.121	3,63
Planta portadora	1.240.477	(941.338)	299.139	212.419	16,67
Planta portadora em formação	48.790	-	48.790	65.500	-
Máquinas e equipamentos agrícolas	145.453	(91.668)	53.785	52.527	10,09
Benfeitorias em imóveis de terceiros	35.921	(17.936)	17.985	19.019	3,64
Terras	2.883	-	2.883	2.883	-
Móveis e utensílios	18.829	(14.310)	4.519	5.318	7,5
Veículos	16.895	(13.838)	3.057	3.412	8,87
Equipamentos de informática	7.668	(6.646)	1.022	885	8,24
Imobilizado em andamento	2.226	-	2.226	5.935	-
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	317	-
	<u>2.438.869</u>	<u>(1.524.391)</u>	<u>914.478</u>	<u>880.172</u>	

Agro Energia Santa Luzia S.A.
(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado--Continuação

b) Movimentação do imobilizado

	<u>31/03/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências (i)</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31/03/2023</u>
Equipamentos e instalações industriais	325.836	-	-	17.068	(40.033)	302.871
Edifícios e benfeitorias	186.121	-	-	9.237	(17.157)	178.201
Planta portadora	212.419	-	-	161.018	(74.298)	299.139
Planta portadora em formação	65.500	144.308	-	(161.018)	-	48.790
Máquinas e equipamentos agrícolas	52.527	88	-	13.220	(12.050)	53.785
Benfeitorias em imóveis de terceiros	19.019	-	-	1.089	(2.123)	17.985
Terras	2.883	-	-	-	-	2.883
Móveis e utensílios	5.318	-	-	345	(1.144)	4.519
Veículos	3.412	12	-	633	(1.000)	3.057
Equipamentos de informática	885	-	-	231	(94)	1.022
Imobilizado em andamento	5.935	38.526	-	(42.235)	-	2.226
Adiantamentos a fornecedores	317	60	-	(377)	-	-
	<u>880.172</u>	<u>182.994</u>	<u>-</u>	<u>(789)</u>	<u>(147.899)</u>	<u>914.478</u>

	<u>31/03/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências (i)</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31/03/2022</u>
Equipamentos e instalações industriais	356.248	7	(23)	17.307	(47.703)	325.836
Edifícios e benfeitorias	199.917	-	-	3.353	(17.149)	186.121
Planta portadora	246.486	-	-	42.686	(76.753)	212.419
Planta portadora - AVM (i)	4.005	-	-	-	(4.005)	-
Planta portadora em formação	21.148	87.038	-	(42.686)	-	65.500
Máquinas e equipamentos agrícolas	57.529	26	(1.120)	19.454	(23.362)	52.527
Benfeitorias em imóveis de terceiros	21.166	4	-	166	(2.317)	19.019
Terras	2.883	-	-	-	-	2.883
Móveis e utensílios	5.862	12	-	897	(1.453)	5.318
Veículos	4.980	-	(406)	(19)	(1.143)	3.412
Equipamentos de informática	945	8	-	110	(178)	885
Imobilizado em andamento	1.951	47.383	-	(43.399)	-	5.935
Adiantamentos a fornecedores	476	-	(159)	-	-	317
	<u>923.596</u>	<u>134.478</u>	<u>(1.708)</u>	<u>(2.131)</u>	<u>(174.063)</u>	<u>880.172</u>

Agro Energia Santa Luzia S.A. (Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado--Continuação

b) Movimentação do imobilizado--Continuação

(i) No decorrer da safra 21/22 a Companhia contratou empresa independente especializada para a realização de inventário físico de suas máquinas e equipamentos agrícolas. Com a conclusão dos trabalhos a administração da Companhia vem identificando e segregando ativos, os quais vem sendo disponibilizados para venda, classificados no balanço patrimonial na rubrica "Outros créditos", no ativo não circulante. A administração da Companhia iniciou processo de venda desses ativos em leilões, tendo a segunda etapa sido concluída em março de 2023, com a entrega dos ativos arrematados prevista para o decorrer da safra 23/24. A Administração ainda possui alguns ativos que estão sendo avaliados para venda em próximos leilões e espera que as vendas sejam concluídas no decorrer das safras 23/24 e 24/25.

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis (exceto ágio) para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

Em 31 de março de 2023 a Companhia avaliou a recuperabilidade de seus ativos, avaliando seus planos de negócio para os próximos períodos considerando o cenário atual e os efeitos indiretos do conflito entre Rússia e Ucrânia, e não identificou a necessidade de provisão para perda adicional nas demonstrações financeiras.

13. Intangível

a) Composição

	<u>31/03/2023</u>		<u>31/03/2022</u>	
	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Ágio sobre investimentos (i)	3.802	-	3.802	3.802
Demais intangíveis:				
Outorga e leilão de energia (ii)	272.604	(68.978)	203.626	225.541
Software	2.187	(1.353)	834	996
Software em desenvolvimento	166	-	166	130
Licenças ambientais	2.770	(2.659)	111	119
	<u>281.529</u>	<u>(72.990)</u>	<u>208.539</u>	<u>230.588</u>

Agro Energia Santa Luzia S.A.
(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível--Continuação

b) Movimentação do intangível

	<u>31/03/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/03/2023</u>
Ágio sobre investimentos (i)	3.802	-	-	3.802
Demais intangíveis:				
Outorga e leilão de energia (iii)	225.541	-	(21.915)	203.626
Software	996	-	(162)	834
Software em desenvolvimento	130	36	-	166
Licenças ambientais	119	-	(8)	111
	<u>226.786</u>	<u>36</u>	<u>(22.085)</u>	<u>204.737</u>
	<u>230.588</u>	<u>36</u>	<u>(22.085)</u>	<u>208.539</u>
;				
	<u>31/03/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/03/2022</u>
Ágio sobre investimentos (i)	3.802	-	-	3.802
Demais intangíveis:				
Outorga e leilão de energia (iii)	242.198	-	(16.657)	225.541
Software	1.185	1	(190)	996
Software em desenvolvimento	48	82	-	130
Licenças ambientais	128	-	(9)	119
	<u>243.559</u>	<u>83</u>	<u>(16.856)</u>	<u>226.786</u>
	<u>247.361</u>	<u>83</u>	<u>(16.856)</u>	<u>230.588</u>

- (i) Os ágios provenientes de combinações de negócios em anos anteriores, apresentados no ativo intangível são fundamentados em rentabilidade futura e tem sua recuperabilidade testada anualmente, conforme mencionado na Nota 2.11 (a).
- (ii) Refere-se ao pagamento de outorga pelo direito concedido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para produzir, transmitir e distribuir energia elétrica, que é amortizada pelo período do contrato, com vencimento em 2044, e aos contratos de Leilões de Energia de Reserva ("LER"), conforme mencionado na nota explicativa 23.

Redução ao valor recuperável do ágio

De acordo com as disposições do CPC 01 (R1) – Redução ao Valor recuperável de ativos, o ágio é submetido ao teste de perda do valor recuperável pelo menos uma vez ao ano, ou mais frequentemente, se houver indícios de perda de valor. O teste anual de perda do valor recuperável é realizado ao final do mês de março de cada exercício. A fim de determinar se houve perda no valor recuperável, os ágios são agrupados às Unidades Geradoras de Caixa ("UGC") correspondentes.

Agro Energia Santa Luzia S.A. (Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível--Continuação

Redução ao valor recuperável do ágio--Continuação

Em 31 de março de 2023, a Companhia realizou a avaliação do valor recuperável dos ágios. A avaliação foi realizada com base em cálculos do valor em uso de cada unidade geradora de caixa. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa para os próximos 10 anos (ciclo do negócio), em base real, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração.

As principais premissas e estimativas envolvidas são a estimativa dos preços de venda de açúcar VHP e etanol, custos operacionais, incluindo aqueles relacionados à geração de energia, além de outros dados macroeconômicos e premissas da administração, além da determinação das taxas de desconto.

Principais premissas utilizadas pela Companhia (dados de 31 de março de 2023):

<u>Unidade Geradora de Caixa</u>	<u>Taxa de Crescimento real na perpetuidade (i)</u>	<u>Taxa de desconto real</u>
Santa Luzia	3,00%	10,21%

(i) o modelo não considera o crescimento nominal.

Ao avaliar o resultado dos testes do valor recuperável dos ágios, a administração não encontrou necessidade de registrar provisões para perdas por redução ao valor recuperável. Os pelo conflito Rússia – Ucrânia foram considerados em nossas projeções, e não trouxeram impactos significativos nas estimativas utilizadas na avaliação dos valores recuperáveis.

Análise de sensibilidade

Considerando o fluxo de caixa descontado de 31 de março de 2023, a Companhia calculou o eventual impacto das alterações na taxa de desconto e na margem LAJIDA em relação a todas as projeções de negócio, considerando os cenários dos impactos de redução/aumento no valor recuperável da UGC. Com base nas sensibilidades efetuadas, as seguintes reduções das margens LAJIDA ou aumento das taxas de desconto seriam necessárias para que o valor em uso igualasse o valor contábil da UGC:

Mudanças requeridas no *carrying amount* para igualar ao montante recuperável

Taxas de desconto	5,0%
Margem LAJIDA	14,9%

Agro Energia Santa Luzia S.A.
(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Direito de uso e passivos de arrendamento

a) Direito de uso

Em 31 de março de 2023 e 2022, os direitos de uso são representados por:

	31/03/2023		31/03/2022
	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Terras arrendadas (parcerias agrícolas)	601.965	(328.677)	273.288
Demais ativos	308.844	(138.782)	170.062
	<u>910.809</u>	<u>(467.459)</u>	<u>443.350</u>

A movimentação do direito de uso durante o período de apresentação foi a seguinte:

	Parcerias agrícolas	Máquinas e equipamentos agrícolas	Terras	Veículos	Total
Saldos em 1º de abril de 2021	248.516	54.721	39.795	6.995	350.027
Adições por novos contratos e remensurações (i)	198.413	2.793	3.009	291	204.506
Baixas	(3.159)	-	-	-	(3.159)
Depreciação	(76.839)	(13.385)	(10.137)	(3.984)	(104.345)
Saldos em 31 de março de 2022	<u>366.931</u>	<u>44.129</u>	<u>32.667</u>	<u>3.302</u>	<u>447.029</u>
Adições por novos contratos e remensurações (i)	36.657	2.322	108.375	5.366	152.720
Baixas	(54.649)	(451)	-	(6)	(55.106)
Depreciação	(75.651)	(9.862)	(9.948)	(5.832)	(101.293)
Saldos em 31 de março de 2023	<u>273.288</u>	<u>36.138</u>	<u>131.094</u>	<u>2.830</u>	<u>443.350</u>

(i) Atualização do índice de correção, substancialmente composto pela variação do preço do ATR conforme CONSECANA aplicado, nos contratos de arrendamento de parceria agrícola.

b) Passivos de arrendamento

Em 31 de março de 2023 e 2022, os passivos de arrendamento são representados por:

	31/03/2023		31/03/2022
	Custo	Ajuste a valor presente	Líquido
Terras arrendadas (parcerias agrícolas)	374.490	(89.680)	284.810
Demais contratos	275.924	(102.915)	173.009
	<u>650.414</u>	<u>(192.595)</u>	<u>457.819</u>
Passivo circulante			(91.036)
Passivo não circulante			366.783
			<u>(107.577)</u>
			<u>352.252</u>

Agro Energia Santa Luzia S.A.
(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Direito de uso e passivos de arrendamento--Continuação

A movimentação dos passivos de arrendamento durante o período de apresentação foi a seguinte:

	<u>Parcerias agrícolas</u>	<u>Máquinas e equipamentos agrícolas</u>	<u>Terras</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de abril de 2021	260.741	57.162	43.081	7.225	368.209
Adições por novos contratos e remensurações (i)	198.413	2.793	3.009	291	204.506
Pagamentos efetuados	(94.238)	(17.170)	(13.257)	(4.443)	(129.108)
Apropriação de encargos financeiros - AVP	13.143	3.414	2.386	438	19.381
Baixas	(3.159)	-	-	-	(3.159)
Saldos em 31 de março de 2022	<u>374.900</u>	<u>46.199</u>	<u>35.219</u>	<u>3.511</u>	<u>459.829</u>
Adições por novos contratos e remensurações (i)	36.657	2.322	108.375	5.366	152.720
Pagamentos efetuados	(91.776)	(13.377)	(21.532)	(6.308)	(132.993)
Apropriação de encargos financeiros - AVP	19.678	7.472	5.625	594	33.369
Baixas	(54.649)	(451)	-	(6)	(55.106)
Saldos em 31 de março de 2023	<u>284.810</u>	<u>42.165</u>	<u>127.687</u>	<u>3.157</u>	<u>457.819</u>

(i) Atualização do índice de correção, substancialmente composto pela variação do preço do ATR conforme CONSECANA aplicado, nos contratos de arrendamento de parceria agrícola.

Os saldos a pagar tem a seguinte composição de vencimento:

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
2023	-	107.577
2024	91.036	98.022
2025	78.666	79.552
2026	69.989	64.445
2027	59.697	46.459
A partir de 2028	158.431	63.774
	<u>457.819</u>	<u>459.829</u>

Agro Energia Santa Luzia S.A. (Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Fornecedores

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Fornecedores - no Brasil:			
- materiais, serviços, investimentos e outros		41.080	38.193
- cana-de-açúcar e parcerias agrícolas		15.659	21.545
- produtos acabados		63	55
- PRJ		34.036	64.271
- partes relacionadas	10(a)	1.031	1.761
- partes relacionadas - PRJ	10(a)	21	21
		<u>91.890</u>	<u>125.846</u>
Classificados como:			
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores		(57.752)	(61.554)
Fornecedores - sujeitos ao PRJ ¹		(31.809)	(31.071)
<u>Passivo não circulante</u>			
Fornecedores		81	-
Fornecedores - sujeitos ao PRJ ¹		2.248	33.221
		<u>91.890</u>	<u>125.846</u>

Agro Energia Santa Luzia S.A. (Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados líquidos dos custos incorridos na transação (Nota 2.16).

Modalidade e classificação de acordo com o PRJ	Encargos anuais vigentes			Moeda	31/03/2023	31/03/2022	Vencimento
	Nota	Taxa	Indexador				
Finem	(a)						
Extraconcursal aderente		0%	115% CDI (Tranche A) ²	BRL	420.710	488.212	
Extraconcursal aderente		0%	100% IPCA (Tranche B) ^{1 2}	BRL	106.937	7.850	
Garantia Real		0%	115% CDI (Tranche A) ²	BRL	42.031	73.079	2034
Garantia Real		0%	100% IPCA (Tranche B) ^{1 2}	BRL	36.403	-	
Quirografário		0%	115% CDI (Tranche A) ²	BRL	95.194	-	
Quirografário		0%	100% IPCA (Tranche B) ^{1 2}	BRL	151.384	235.960	
					<u>852.659</u>	<u>805.101</u>	
Crédito Agroindustrial	(b)						
Garantia Real		0%	115% CDI (Tranche A) ²	BRL	21.425	36.515	2034
Garantia Real		0%	100% IPCA (Tranche B) ^{1 2}	BRL	18.555	-	
Não submetidos ao PRJ		9,38%	-	BRL	6.020	7.739	2026
Não submetidos ao PRJ		3,50%	100% CDI	BRL	7.712	5.769	
					<u>53.712</u>	<u>50.023</u>	
Capital de giro	(c)						
Quirografário		0%	115% CDI (Tranche A)	BRL	12.352	11.596	2034
Quirografário		0%	100% IPCA (Tranche B) ¹	BRL	19.643	18.677	
					<u>31.995</u>	<u>30.273</u>	
Finame	(d)						
Extraconcursal aderente		0%	115% CDI (Tranche A) ²	BRL	19.973	23.404	2034
Extraconcursal aderente		0%	100% IPCA (Tranche B) ^{1 2}	BRL	5.077	-	2034
Não submetidos ao PRJ		9,68%	-	BRL	1.951	2.733	2025
					<u>27.001</u>	<u>26.137</u>	
Prore nova	(e)						
Quirografário		0%	115% CDI (Tranche A)	BRL	19.999	18.778	2034
Quirografário		0%	100% IPCA (Tranche B) ¹	BRL	31.805	30.240	
					<u>51.804</u>	<u>49.018</u>	
(-) Custos de transação	(f)			BRL	(6.180)	(6.713)	2034
					<u>1.010.991</u>	<u>953.839</u>	
Passivo circulante					<u>(61.502)</u>	<u>(16.985)</u>	
Passivo não circulante					<u>949.489</u>	<u>936.854</u>	

Legenda:

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico

CDI: Certificado de Depósito Interbancário

IGPM: Índice Geral de Preço de Mercado

IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

PRJ: Plano de Recuperação Judicial

¹ Em 17 de março de 2023 foi formalizado Termo de Dação em Pagamento entre as Empresas do Grupo Atvos, onde foram transferidos os créditos detidos pelos credores financeiros da Tranche B do Plano de Recuperação Judicial naquela data à Soneva Energias Renováveis S.A. ("Soneva"), controlada direta do novo controlador do Grupo Atvos, FIP Agroenergia, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, mediante a emissão e posterior integralização de 6.391.642 Debêntures. Em 31 de março de 2023, os saldos atualizados dos créditos transferidos à Soneva relacionados à Companhia somam R\$ 369.804, conforme nota explicativa nº 10.

Agro Energia Santa Luzia S.A. (Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos e financiamentos--Continuação

² No decorrer da safra 22/23, por força das impugnações de créditos dos credores aprovadas, houve a necessidade de transferência de créditos entre as classes e tranches, alterando os percentuais de alocação entre elas para as proporções originais (Tranche A - 80% Extraconcursal aderente x 54% Garantia Real x 39% Quirografário – Tranche B - 20% Extraconcursal aderente x 46% Garantia Real x 61% Quirografário), desconsiderando as alocações solicitadas pelos credores em suas impugnações, pois essas feriam as proporções da Tranche A previstas no Plano de Recuperação Judicial, na cláusula 3.15 e nos parágrafos 3.4, 3.7 e 3.8 contidos em seus anexos.

- (a) Linhas de crédito contratadas para financiamento de investimentos na indústria e na área agrícola.
- (b) Linhas de crédito contratadas para financiamento das atividades agropecuárias e custeio.
- (c) Linhas de crédito contratadas para financiamento de capital de giro.
- (d) Linhas de repasse de recursos do BNDES para financiamento de aquisições de máquinas, equipamentos e frotas agrícolas.
- (e) Linha de repasse de recursos do BNDES, com a finalidade de financiar a implantação e renovação de novos canaviais.
- (f) Custos incorridos na captação de recursos, apropriados ao resultado conforme amortização das dívidas relacionadas.

Na tabela a seguir é demonstrada a movimentação dos empréstimos e financiamentos no período:

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Saldo anterior	953.839	868.012
Captação de empréstimos e financiamentos	2.582	14.075
Amortização de principal	(11.831)	(1.775)
Amortização de juros	(44.950)	(684)
Juros, variação cambial e monetária, líquidas	111.351	74.211
Saldo no final do exercício	<u>1.010.991</u>	<u>953.839</u>

Os saldos de empréstimos e financiamentos no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
2023	-	53.088
2024	71.212	84.109
2025	91.531	83.728
2026	87.807	82.517
2027	87.807	81.365
2028 a 2035	611.132	552.047
	<u>949.489</u>	<u>936.854</u>

Valor justo dos empréstimos

Em 31 de março de 2023, o valor justo dos empréstimos e financiamentos é de R\$ 944.344 (R\$ 1.030.756, em 31 de março de 2022) e se aproxima, substancialmente, dos saldos contábeis que totalizam R\$ 1.017.171 (R\$954.784, em 31 de março de 2022). (saldo contábil desconsiderando os custos com transação e ajustes a valor presente).

Agro Energia Santa Luzia S.A. (Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais, penhor de lavoura, cessão de direitos creditórios e/ou alienação fiduciária de bens.

Covenants

Em 31 de março de 2023 e 2022 a Companhia não possui contratos com cláusulas restritivas financeiras.

17. Salários e encargos

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Provisão de participação nos lucros e resultados	6.389	5.678
Provisão de férias e encargos	7.671	6.316
Provisão de 13º salário e encargos	1.295	1.011
Fundo de garantia do tempo de serviço ("FGTS")	427	349
Plano de Previdência Privada - Vexty - nota 21	165	111
Outros	1	-
	<u>15.948</u>	<u>13.465</u>

18. Tributos a recolher e parcelados

a) Tributos a recolher

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Instituto nacional de seguro social - ("INSS")	2.554	1.606
Contribuição para financiamento da seguridade social - ("COFINS")	3.307	3.714
Imposto de renda retido na fonte - ("IRRF")	262	197
Programa de integração social - ("PIS")	719	803
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta ("CPRB")	1.735	859
Demais tributos a recolher	249	337
	<u>8.826</u>	<u>7.516</u>
Passivo circulante	<u>(3.064)</u>	<u>(4.294)</u>
Passivo não circulante	<u>5.762</u>	<u>3.222</u>

Parte substancial dos tributos a recolher tem exigibilidade suspensa, decorrente de processos judiciais onde há a concessão de medida liminar, tutela antecipada, depósito judicial ou sentença proferida que afasta a exigência da cobrança de crédito tributário, assim como na esfera administrativa a qual possui defesa ou recurso ainda com julgamento pendente, situações em consonância com o previsto pelo art. nº 151, do CTN.

Agro Energia Santa Luzia S.A. (Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Tributos a recolher e parcelados--Continuação

b) Tributos parcelados

Os tributos parcelados foram classificados entre circulante e não circulante com base na exigibilidade das parcelas.

	<u>31/03/2023</u>
Refis nº1/2023 - Programa Litígio Zero("PRLF") (i)	<u>5.327</u>
Passivo circulante	<u>5.327</u>

- (i) Em 29 de março de 2023 a Companhia aderiu ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal ("PRLF"), junto à Receita Federal do Brasil, medida excepcional de regularização fiscal por meio da realização da transação resolutive de litígio administrativo tributário, no âmbito das regras estabelecidas na Portaria Conjunta PGFN / RFB nº 1/2023, tendo como benefício a redução do valor dos juros e das multas, no limite de até 65% do valor atualizado de cada litígio, a utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido de até 70% sobre o saldo devedor e o parcelamento do saldo remanescente em até 9 parcelas, mensais e consecutivas. A primeira parcela do parcelamento foi paga na adesão ao programa, e as demais parcelas serão acrescidas de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado, com vencimento final em 30 de novembro de 2023.

19. Adiantamentos de clientes

Em 31 de março de 2023 e 2022, os montantes registrados no passivo circulante, na conta "Adiantamentos de clientes", se referem, substancialmente, a adiantamentos para entrega futura de energia para leilão. Quando aplicável, os saldos de contas a receber e adiantamentos de clientes são apresentados pelo valor líquido.

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Adiantamentos de clientes - no Brasil:			
- clientes		922	1.365
- partes relacionadas	10(a)	<u>1</u>	<u>1</u>
		923	1.366
Passivo circulante		<u>(922)</u>	<u>(1.366)</u>
Passivo não circulante		<u>1</u>	<u>-</u>

Agro Energia Santa Luzia S.A.
(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
 31 de março de 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Patrimônio líquido

a) Reapresentação dos saldos correspondentes do patrimônio líquido de 31 de março de 2022 e de 2021

Após a emissão das demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de março de 2022 e de 2021, a administração identificou ajustes à demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos naquelas datas. Consequentemente, a Companhia está reapresentando as demonstrações financeiras compreendendo esses exercícios de acordo com o previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, conforme abaixo ilustrado:

	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de capital</u>	<u>Reserva de retenção de lucros</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldos em 31 de março de 2021 (anteriormente apresentado)	1.044.344	2.945	355.638	(828.182)	574.745
Compensação de reservas de lucros e reservas de incentivos fiscais	-	-	(355.638)	355.638	-
Saldos em 1º de abril de 2021 (reapresentado)	<u>1.044.344</u>	<u>2.945</u>	<u>-</u>	<u>(472.544)</u>	<u>574.745</u>
	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de capital</u>	<u>Reserva de retenção de lucros</u>	<u>Lucros (prejuízos) acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldos em 31 de março de 2022 (anteriormente apresentado)	1.044.344	2.945	418.051	(671.627)	793.713
Compensação de reservas de lucros e reservas de incentivos fiscais	-	-	(418.051)	418.051	-
Saldos em 31 de março de 2022 (reapresentado)	<u>1.044.344</u>	<u>2.945</u>	<u>-</u>	<u>(253.576)</u>	<u>793.713</u>

O ajuste decorre da identificação de constituição indevida de reservas de incentivos fiscais (subvenções estaduais para investimentos) em razão da Companhia apresentar prejuízos acumulados, sendo que o Artigo 30 da Lei nº 12.973/2014 determina que as reservas de lucros (incluindo as reservas de incentivos fiscais), devem ser absorvidas pelos prejuízos contábeis apurados, fato que não foi anteriormente observado, devendo a Companhia recompor as referidas reservas futuramente, na medida em que forem apurados lucros nos períodos subsequentes.

Agro Energia Santa Luzia S.A. (Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Patrimônio líquido--Continuação

b) Capital social

O capital social subscrito da Companhia é de R\$ 1.044.344, dividido em 93.432.472.283.522 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas de propriedade da controladora direta da Companhia, Atvos Agroindustrial Participações S.A.

c) Reservas de lucros

Reserva legal - calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação e não excederá a 20% do capital social, nos termos da Lei nº 6.404/76, quando aplicável. Em 31 de março de 2023 não há reserva constituída face os prejuízos acumulados pela Companhia.

d) Destinação do resultado

De acordo com o estatuto social da Companhia, o resultado do exercício encerra-se em 31 de março de cada ano, após a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto de renda e da contribuição social, serão deduzidas, observados os limites legais, as participações nos lucros eventualmente concedidas aos seus administradores por deliberação da Assembleia Geral Ordinária, que somente aprovará a distribuição de tais participações após assegurado o pagamento dos dividendos mínimos, não inferiores a 25% do lucro líquido, após a dedução da reserva legal. Especificamente para a Companhia, independente da disponibilidade de lucro para distribuição, a PRJ inibe este tipo de pagamento aos acionistas.

e) Resultado por ação

De acordo com o CPC 41 – Resultado por ação, a tabela abaixo reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro por ação básico e diluído:

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	128.990	218.968
Média ponderada de ações em circulação (milhares)	<u>93.432.472.284</u>	<u>93.432.472.284</u>
Lucro básico e diluído por ação - em Reais	<u>0,000001</u>	<u>0,000002</u>

Agro Energia Santa Luzia S.A. **(Em recuperação judicial)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Planos de previdência privada

A Companhia mantém convênio de adesão com a VEXTY, entidade fechada de previdência privada, instituída pela antiga controladora Novonor, constituindo-se suas patrocinadoras conveniadas. A VEXTY proporciona aos seus participantes, um plano de contribuição definida, pelo qual é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da VEXTY estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes, que somam 297 integrantes em 31 de março de 2023 (186 integrantes – 2022). Em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. As contribuições da Companhia no exercício findo em 31 de março de 2023 somaram R\$ 584 (R\$ 436 - 2022) e dos participantes R\$ 1.250 (R\$ 808 - 2022).

Por se tratar de um plano de contribuição definida, cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração da Companhia avaliou como não aplicável a adoção do CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

Agro Energia Santa Luzia S.A.
(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
 31 de março de 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição dos saldos

	Imposto de renda		Contribuição social	
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
Créditos				
Prejuízos fiscais e bases negativas (ii)	764.545	761.059	755.426	756.910
Diferenças temporárias:				
Provisão para contingências	12.408	19.618	12.408	19.618
Provisão para participação nos lucros e resultados	6.389	5.678	6.389	5.678
Direito de uso e passivos de arrendamento	14.469	12.800	14.469	12.800
Provisão para perdas de crédito esperadas	808	1.102	808	1.102
Provisão para perdas por redução ao valor realizável dos estoques	2.129	3.315	2.129	3.315
Provisões diversas (iv)	1.286	76	1.286	76
Outros	271	-	271	-
Total base de créditos	802.305	803.648	793.186	799.499
Crédito tributário registrado (i)	10.930	11.260	3.935	4.054
Crédito tributário não registrado	189.646	189.652	67.452	67.901
Débitos				
Diferenças temporárias:				
Depreciação Acelerada incentivada (iii)	(135.727)	(111.352)	(135.727)	(111.352)
Amortização de ágio	(4.491)	(4.212)	(4.491)	(4.212)
Valor justo do ativo biológico	(9.028)	(38.428)	(9.028)	(38.428)
Valor justo de aplicações financeiras	-	(353)	-	(353)
Provisões diversas (iv)	(972)	-	(972)	-
Total base de débitos	(150.218)	(154.345)	(150.218)	(154.345)
Débitos diferidos totais registrados (34%)	(37.555)	(38.586)	(13.520)	(13.892)
Total líquido classificado no passivo não circulante	(26.625)	(27.326)	(9.585)	(9.838)

Agro Energia Santa Luzia S.A.
(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

a) Composição dos saldos--Continuação

- (i) Em 31 de março de 2023, considerando a expectativa da administração e de acordo com as premissas utilizadas na projeção de fluxo de caixa, a Companhia mantém impostos diferidos ativos registrados até o limite de realização, com base nas projeções futuras de lucro tributável e limitando os valores de realização ao limite de reversão das diferenças temporárias passivas, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.
- (ii) Conforme nota explicativa nº 18(b)i, em 29 de março de 2023 a Companhia aderiu ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal ("PRLF"), junto à Receita Federal do Brasil, medida excepcional de regularização fiscal por meio da realização da transação resolutive de litígio administrativo tributário, no âmbito das regras estabelecidas na Portaria Conjunta PGFN / RFB nº 1/2023, tendo como benefício a possibilidade de utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido de até 70% sobre o saldo devedor. A Companhia utilizou o montante total de R\$ 41.129 mil de base de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido, amortizando R\$ 13.984 mil do saldo devedor do parcelamento na adesão ao programa.
- (iii) A Companhia utiliza o benefício da depreciação acelerada incentivada rural, prevista no art. 314 do Decreto nº. 3.000/99, que consiste no aproveitamento fiscal integral, no próprio ano, dos gastos incorridos com formação da lavoura de cana-de-açúcar e aquisição de implementos agrícolas registrados no ativo imobilizado.
- (iv) Refere-se substancialmente às provisões de receitas de energia, as quais são registradas por competência e faturadas no mês subsequente.

b) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	114.052	244.117
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(38.778)	(83.000)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
- Equivalência patrimonial	17	31
- Subvenção estadual	36.535	35.894
- Vendas de CBIOs	16.089	7.503
- Crédito Outorgado Emenda Const. Nº 123 – Nota 9	1.284	-
- Outras exclusões/(adições) permanentes, líquidas	(305)	(1.101)
- Imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos (utilizados)	(13.888)	15.524
- Refis - Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal ("PRLF") Nota 22 a ii	13.984	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social	14.938	(25.149)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	-13,1%	10,3%
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(17.603)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.938	(7.546)

Agro Energia Santa Luzia S.A. (Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Compromissos

Na data das demonstrações financeiras atuais a companhia tem compromisso de comercialização para safras futuras etanol e energia elétrica, conforme apresentado abaixo:

	<u>até um ano</u>	<u>de dois a três anos</u>
Energia (MWh)	227.760	227.760
Etanol (m³)	138.686	27.346

Em 31 de março de 2023, a Companhia possui volumes de energia contratados que estão inseridos às regras dos Leilões de Energia de Reserva ("LER"), com prazo de fornecimento previsto até 2024, os quais preveem antecipações mensais dos volumes contratados pela Comercializadora de Energia, os quais, caso o vendedor não atenda em sua totalidade esses volumes, é realizado o "Ressarcimento" do valor equivalente aos volumes não entregues. E, caso o volume entregue seja inferior à 90% do contratado, o "Ressarcimento" será o valor do montante não entregue, majorado em 15%. A apuração da entrega é feita ao final de cada safra.

A Companhia ainda encontra-se em fase de negociação de outros contratos de renovação serviços de transporte de etanol, e de transbordo e transporte de cana-de-açúcar para a próxima safra. Conseqüentemente, na data de encerramento destas demonstrações financeiras, os respectivos compromissos não puderam ser mensurados para divulgação.

24. Provisões para contingências

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada decorrente de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação com uma estimativa confiável do valor. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa na data das demonstrações financeiras atuais.

a) Provisionadas

A Companhia, com base na avaliação dos assessores jurídicos, mantém as seguintes provisões para os casos de perdas prováveis (valores atualizados monetariamente):

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Processos trabalhistas	11.153	16.208
Processos cíveis	1.013	2.168
Processos ambientais	164	143
Processos tributários	78	1.099
Passivo não circulante	<u>12.408</u>	<u>19.618</u>

As movimentações das contingências provisionadas no período estão apresentadas conforme segue:

Agro Energia Santa Luzia S.A. (Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Provisões para contingências--Continuação

a) Provisionadas--Continuação

	<u>Tributários</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis e ambientais</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de março de 2021	913	13.818	8.620	23.351
Adições	186	5.226	544	5.956
Reversões	-	(608)	(748)	(1.356)
Utilizações	-	(2.228)	(6.105)	(8.333)
Saldo em 31 de março de 2022	1.099	16.208	2.311	19.618
Adições	80	2.809	96	2.985
Reversões	(1.101)	(4.791)	(1.181)	(7.073)
Utilizações	-	(3.073)	(49)	(3.122)
Saldo em 31 de março de 2023	78	11.153	1.177	12.408

Na data das demonstrações financeiras, a natureza das principais causas que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima é a seguinte:

Processos trabalhistas:

As reclamações trabalhistas têm como principais pedidos: (i) tempo à disposição; (ii) diferença de horas extras; (iii) supressão do intervalo intrajornada; (iv) adicionais de periculosidade e insalubridade e (v) descanso semanal remunerado.

Em 31 de março de 2023, a Companhia era parte envolvida em 199 processos trabalhistas (226, em 31 de março de 2022), com prognóstico de perda provável e passíveis de provisão.

Processos cíveis e ambientais:

Referem-se a: (i) indenizações em geral; (ii) sanções administrativas ambientais decorrentes de incêndio em área de cultivo de cana-de-açúcar, cuja validade está sendo questionada judicialmente, para as quais foram efetuados depósitos judiciais dos valores discutidos; (iii) honorários de êxito (sucumbência) a serem pagos aos advogados da parte contrária contratados para defesa dos respectivos processos .

Destaca-se:

(i) Em 12 de julho de 2010 a Companhia foi citada para responder ação indenizatória em face da rescisão do contrato de prestação de serviços de preparação de solo para cultivo de cana-de-açúcar, firmado em 27 de março de 2009. O processo está em fase recursal aguardando decisão nas instâncias superiores , e, em 31 de março de 2023, encontra-se registrado pelo montante de R\$ 880 (R\$ 1.977 em 31 de março de 2022).

Agro Energia Santa Luzia S.A. (Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Provisões para contingências--Continuação

a) Provisionadas--Continuação

Processos tributários

Referem-se a: (i) honorários de êxito.

b) Não provisionadas

A Companhia é parte passiva em determinadas ações tributárias, cíveis e trabalhistas, que por terem sido consideradas de probabilidade possível (ou possível com viés de remoto à luz do ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento sobre Tributos sobre o Lucro), pela administração e seus consultores jurídicos, não foram provisionadas contabilmente. Referidas contingências e riscos não provisionados incluem:

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Processos tributários	73.759	88.874
Processos cíveis	1.817	1.224
Processos trabalhistas	182	5.671
Processos ambientais	4.114	2.623
	<u>79.872</u>	<u>98.392</u>

Processos trabalhistas

Em 31 de março de 2023, a Companhia era parte envolvida em 11 (84, em 31 de março de 2022), processos trabalhistas com prognóstico de perda possível. As reclamações trabalhistas têm como principais pedidos: (i) tempo à disposição; (ii) diferença de horas extras; (iii) intervalo intrajornada; (iv) adicionais de periculosidade e insalubridade e (v) descanso semanal remunerado.

Processos cíveis e ambientais

Dentre as demandas cíveis e ambientais consideradas como perda possível, destacam-se:

Em 21 de julho de 2021 a Companhia foi citada para responder ação de cobrança ajuizada pela Caldesoft com pedido de ressarcimento de danos materiais e morais que teria sofrido no bojo do Contrato de prestação de serviços de caldeiraria pela Autora à Ré. O processo está em fase postulatória instrutória, com pedido de reconvenção, e em 31 de março de 2023 o montante total envolvido no processo é de R\$ 922 (R\$ 641 em 31 de março de 2022); e

Agro Energia Santa Luzia S.A. (Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Provisões para contingências--Continuação

b) Não provisionadas--Continuação

Em 27 de agosto de 2020 a Companhia foi autuada pela suposta conduta do uso de fogo em área agropastoril sem a devida autorização do órgão ambiental, sendo imposta a sanção de multa. O processo administrativo aguarda a análise da defesa e respectiva decisão do órgão e, em 31 de março de 2023 o montante total envolvido no processo é de R\$ 1.491 (R\$ 1.043 em 31 de março de 2022).

Processos tributários:

Dentre as demandas tributárias consideradas como perda possível ou possível com viés de remoto, destacam-se:

a) Cobrança de ICMS em decorrência de presunção de realização de operações internas, de aplicação do regime administrativo cautelar nas operações no Mato Grosso, cobrança de DIFAL, creditamento indevido - uso e consumo, falta de recolhimento por erro de apuração e sobre exportações supostamente não comprovadas, no montante de R\$ 23.297 em 31 de março de 2023 (R\$ 20.348, em 31 de março de 2022);

(b) Declarações de compensação, pedidos de ressarcimento não homologados e multa isolada de 50% envolvendo o crédito de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e outros tributos federais, decorrentes de saldos negativos, créditos proporcionais à receita bruta de exportação, indedutibilidade de despesas e insumos cuja compensação foi indeferida pela Receita Federal do Brasil. As manifestações de inconformidades, impugnações e recursos voluntários relacionados aguardam o julgamento. O total envolvido nos processos é de R\$ 45.416 em 31 de março de 2023 (R\$ 41.649, em 31 de março de 2022); e

(d) Processo de cobrança de multa isolada preconizada pelo inciso II, alínea "b", do art. 44 da Lei nº 9.430/96, em virtude do não recolhimento das estimativas mensais de IRPJ e da CSLL. Os valores das penalidades aplicadas alcançam o montante total de R\$ 5.045 em 31 de março de 2023 (R\$ 4.486, em 31 de março de 2022).

c) Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais estão relacionados a contingências ativas e passivas, apresentados no ativo não circulante.

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Processos tributários (i)	6.197	2.171
Processos cíveis (ii)	14.520	737
Processos trabalhistas	5.115	5.008
Outros	178	-
	<u>26.010</u>	<u>7.916</u>

(i) Refere-se substancialmente a ação de superveniência para exclusão dos valores de ICMS da base de cálculo das contribuições PIS/COFINS. Após reversão da tutela anteriormente alcançada, a empresa passou a depositar em juízo os valores até desfecho final da discussão.

(ii) Refere-se, substancialmente, à garantia dada em processo de execução fiscal, em que a Companhia é ré, nos autos em que discute multa aplicada por órgão fiscalizador ambiental, e concursabilidade de tal crédito ao PRJ, no montante de R\$ 13.827 mil.

Agro Energia Santa Luzia S.A.
(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
 31 de março de 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Receita operacional líquida

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Receita bruta		
- Mercado interno	1.182.680	1.296.689
	<u>1.182.680</u>	<u>1.296.689</u>
Tributos sobre vendas	(22.777)	(75.234)
Frete sobre vendas	(18.063)	(12.310)
Armazenagem	(4.646)	(295)
Devoluções	(2.018)	(5.790)
	<u>1.135.176</u>	<u>1.203.060</u>

26. Despesas e custos dos produtos vendidos por natureza

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(302.807)	(357.481)
Despesas com pessoal	(89.593)	(87.136)
Serviços de terceiros	(40.997)	(38.151)
Materiais para revenda	(12.830)	(20.801)
Taxas e encargos de energia	(26.010)	(14.775)
Outras despesas	(5.586)	(3.116)
	<u>(477.823)</u>	<u>(521.460)</u>
Depreciações e amortizações:		
da planta portadora	(70.538)	(72.739)
de ativos biológicos colhidos	(127.010)	(87.587)
de direito de uso	(101.294)	(104.346)
de ativos tangíveis e intangíveis	(110.131)	(93.835)
do valor justo da planta portadora	-	(3.988)
	<u>(408.973)</u>	<u>(362.495)</u>
Variação do valor justo do ativo biológico	9.028	38.428
	<u>(877.768)</u>	<u>(845.527)</u>
Classificados em:		
Custo dos produtos vendidos	(823.887)	(782.300)
Despesas com vendas	(960)	(1.153)
Despesas administrativas e gerais	(52.921)	(62.074)
	<u>(877.768)</u>	<u>(845.527)</u>

Agro Energia Santa Luzia S.A. (Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Outras despesas operacionais, líquidas

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Outras receitas:		
Reversão para perdas de crédito esperadas	295	-
Venda de ativos imobilizados, líquidas (iii)	1.017	-
Sinistros	1	948
Reversão passivos contingentes – Nota 24(a)	7.210	3.733
Receitas de superveniências (ii)	-	2.481
Outras receitas	606	156
	<u>9.129</u>	<u>7.318</u>
Outras despesas:		
Efetivação de perdas em títulos a receber	(693)	-
Multa ANEEL (i)	(3.485)	-
Multas não recorrentes (iv)	(11.741)	(737)
Efetivação de perdas em processos judiciais	(2.025)	(10.538)
Baixa do valor residual de ativos (iii)	(1.076)	(1.549)
Indenizações pagas	-	(1.631)
Outras despesas	(1)	(1.126)
	<u>(19.021)</u>	<u>(15.581)</u>
	<u>(9.892)</u>	<u>(8.263)</u>

- (i) Refere-se às multas pagas pelo não cumprimento dos volumes mínimos de faturamento de energia na modalidade Leilão de Energia de Reserva (LER).
- (ii) A Companhia registrou durante a safra 21/22 crédito tributários extemporâneos de PIS, COFINS e INSS, referente aos últimos cinco anos de determinadas operações. Substancialmente, o crédito registrado é referente ao direito de recuperação de PIS e COFINS sobre as despesas com transporte e alimentação de seus colaboradores.
- (iii) No decorrer da safra 21/22 a Companhia contratou empresa independente especializada para a realização de inventário físico de suas máquinas e equipamentos agrícolas. Com a conclusão dos trabalhos a administração da Companhia identificou ativos não localizados, os quais foram baixados no exercício por não ser possível identificar quando tais ativos teriam sido vendidos/subtraídos.
- (iv) Refere-se, substancialmente, conforme nota explicativa nº 18(b)i, à adesão da Companhia ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal ("PRLF"), junto à Receita Federal do Brasil, medida excepcional de regularização fiscal por meio da realização da transação resolutive de litígio administrativo tributário, no âmbito das regras estabelecidas na Portaria Conjunta PGFN / RFB nº 1/2023, onde, 3 processos tributários classificados até então como perda possível foram aderidos ao programa e reconhecidos o saldo devedor inserido ao programa no montante total de R\$ 19.977 mil.

28. Resultado financeiro, líquido

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Receitas financeiras:		
Juros ativos	667	197
Variação monetária ativa	148	74
Rendimento com aplicações financeiras	27.176	6.275
Ajuste a valor de mercado	-	340
Outras receitas financeiras	-	11
	<u>27.991</u>	<u>6.897</u>
Despesas financeiras:		
Juros passivos e variação monetária passiva	(114.644)	(82.857)
Ajuste a valor presente	(33.369)	(19.642)
Amortização de custos de transação	(534)	(666)
Tributos e encargos sobre operações financeiras (i)	(9.821)	(387)
Despesas e comissões bancárias	(262)	(236)
Ajuste a valor de mercado	(626)	-
Outras despesas financeiras	(2.249)	(8.354)
	<u>(161.505)</u>	<u>(112.142)</u>
	<u>(133.514)</u>	<u>(105.245)</u>

Agro Energia Santa Luzia S.A. **(Em recuperação judicial)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Resultado financeiro, líquido--Continuação

- (i) Refere-se, substancialmente, conforme nota explicativa nº 18(b)i, à adesão da Companhia ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal ("PRLF"), junto à Receita Federal do Brasil, medida excepcional de regularização fiscal por meio da realização da transação resolutive de litígio administrativo tributário, no âmbito das regras estabelecidas na Portaria Conjunta PGFN / RFB nº 1/2023, onde, 3 processos tributários classificados até então como perda possível foram aderidos ao programa e reconhecidos o saldo devedor inserido ao programa no montante total de R\$ 19.977 mil.

29. Cobertura de seguros

Os seguros da Companhia são contratados conforme política estabelecida pela Administração e garantias vigentes.

Em 31 de março de 2023, a Companhia integra o programa de seguro operacional com as seguintes coberturas/ apólices:

(i) Riscos operacionais - "All Risks" (cobertura contra incêndios, raios e explosões de qualquer natureza, todo o estoque de açúcar e etanol, edificações, equipamentos e instalações), bem como Lucros Cessantes (cobertura contra a interrupção do negócio, decorrente de dano material coberto pela apólice) com limite máximo de indenização de R\$ 1.250.000, sendo o valor em risco de Mercado consolidado de R\$ 1.759.180; (ii) Responsabilidade Civil Geral, com limite máximo de indenização de R\$ 80.000 por evento e limite agregado anual de R\$ 160.000; (iii) Riscos diversos de máquinas e equipamentos agrícolas, com valor em risco depreciado de R\$ 25.931; (iv) Danos materiais da frota veicular, ao valor de mercado; (v) D&O (Responsabilidade Civil de Administradores, Diretores e /ou Conselheiros), com limite máximo de indenização de R\$ 150.000 (apólice primária + excesso); (vi) Responsabilidade do Explorador e Transportador Aéreo (RETA), com limite máximo de indenização de R\$ 674; (vii) Responsabilidade Civil Ambiental durante o Transporte de produtos, com limite máximo indenizável de R\$ 1.000; (viii) Transporte Nacional, com valor em risco de R\$ 580.955; (ix) Seguro garantia, com valor em risco de R\$ 16.733; (x) Proteção de Dados e Responsabilidade Cibernética, com limite máximo de indenização de R\$ 10.000.

A administração considera os seguros contratados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. A avaliação da razoabilidade dos seguros contratados não é escopo do trabalho dos auditores.

Agro Energia Santa Luzia S.A. **(Em recuperação judicial)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia está exposta a riscos de mercado, que inclui riscos de variação cambial, volatilidade de preço de commodities e taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A administração da Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para: (i) monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratados; (ii) estimativas do valor de cada risco, tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos; e (iii) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos, à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços e taxa de juros. Se necessário, instrumentos financeiros derivativos são contratados com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar e etanol da Companhia contra riscos de variação cambial, flutuação dos preços e variações nas taxas de juros, assim como a adoção da prática da contabilidade de *hedge*.

30.1. Riscos de mercado

a) Risco cambial

A administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia administre seu risco cambial para reduzir os efeitos adversos causados por um potencial descasamento de moedas.

O Grupo Atvos está exposto diretamente à variação cambial relativa principalmente a valores a receber resultante de receitas de exportação e dívidas contratadas indexadas em moeda estrangeira, substancialmente em dólares-americanos, assim como indiretamente pelo impacto em certos custos de produção relacionados a insumos agrícolas indexados nesta moeda. Se necessário, esse risco é administrado, por meio na contratação de (“NDFs – *Non deliverable forwards*”) e/ou contratos de *swaps*. Cabe ressaltar que as decisões são tomadas a partir do resultado líquido da exposição cambial (ativos menos passivos). As operações, quando efetuadas, são realizadas com instituições financeiras de primeira linha, entretanto, em 31 de março de 2023 e de 2021 não havia instrumentos financeiros contratados desta natureza.

Ativos e passivos expostos à variação cambial

Em 31 de março de 2023 a Companhia especificamente não possuía saldos em aberto em moeda estrangeira.

Agro Energia Santa Luzia S.A. **(Em recuperação judicial)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

30.1. Riscos de mercado--Continuação

b) Risco de volatilidade no preço de açúcar e etanol

A Companhia está exposta à variação do preço do açúcar no mercado internacional relativo, principalmente, às receitas operacionais provenientes da venda do produto. À variação do preço de açúcar é gerenciada ativamente por meio de contratos futuros e de opções de Sugar #11 na bolsa de mercadorias futuras de Nova Iorque - NYBOT (ICE-NY). Conforme Política sobre Riscos Financeiros e Econômicos, a administração da Companhia está autorizada a contratar operações de fixação de preço de açúcar lastreadas em até 100% da produção prevista para a safra corrente e até 50% da produção da safra seguinte.

Adicionalmente, a Companhia está exposta à flutuação do preço do etanol no mercado interno relativo às receitas operacionais de venda do produto. A proteção da exposição à variação do preço de etanol, quando necessária, é feita por meio de instrumentos financeiros que tenham aderência e correlação direta ou indireta com os preços de etanol ou contratos futuros de Etanol Hidratado na bolsa de mercadorias futuras da BM&F-Bovespa.

Em 31 de março de 2023 e 2022, a Companhia não possuía contratos em aberto e futuros, opções ou swap, bem como não possuíam resultado represado no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial.

c) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia segue a prática de obter empréstimos e financiamentos indexados a taxas pós-fixadas, sendo que parte substancial da alavancagem teve sua atualização monetária e indexação, quando aplicável, fixadas em razão da PRJ (Nota 16). Para esses empréstimos, ocorre uma mitigação natural de parte importante do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas, e que as dívidas vinculadas ao PRJ também têm indexações pós fixadas (principalmente CDI e IPCA).

Agro Energia Santa Luzia S.A.
(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
 31 de março de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

30.1. Riscos de mercado--Continuação

d) Análise de sensibilidade dos riscos de mercado

Para a análise de sensibilidade do exercício findo em 31 de março de 2023, a Companhia considerou no cenário provável as taxas de juros projetadas dos próximos 12 meses para sensibilidade de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, conforme taxas abaixo (fonte Boletim Focus). Os demais cenários considerados foram o aumento ou redução de 25% e 50% sobre o cenário provável.

O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade dos efeitos das mudanças das taxas de juros:

	<u>Fator de risco</u>	<u>Taxas utilizadas</u>	<u>Exposição</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário possível 25%</u>	<u>Cenário possível 50%</u>	<u>Cenário possível -25%</u>	<u>Cenário possível -50%</u>
Aplicações financeiras – Nota 5(a)	100%CDI	9,90%	237.540	23.829	5.957	11.915	(5.957)	(11.915)
Aplicações financeiras – Nota 5(b)	100%CDI	9,90%	2.201	221	55	111	(55)	(111)
Empréstimos e financiamentos	100%CDI	9,90%	(7.712)	(763)	(191)	(382)	191	382
Empréstimos e financiamentos	115%CDI	9,90%	(631.684)	(71.917)	(17.979)	(35.959)	17.979	35.959
Empréstimos e financiamentos	IPC-A	4,13%	(369.804)	(15.273)	(3.818)	(7.637)	3.818	7.637
Impacto adicional no resultado do exercício				<u>(63.903)</u>	<u>(15.976)</u>	<u>(31.952)</u>	<u>15.976</u>	<u>31.952</u>

Agro Energia Santa Luzia S.A. **(Em recuperação judicial)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

30.2. Risco de crédito

A gestão de risco de crédito ocorre por meio de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Companhia que controla mensalmente sua exposição em derivativos e aplicações financeiras, mediante critérios de concentração máxima em função do rating da instituição financeira.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a Companhia avalia anualmente o risco de crédito associado a cada um deles, e também sempre que há a inclusão de um novo cliente, atribuindo um limite individual de crédito em função do risco identificado.

30.3. Risco de liquidez

O departamento financeiro monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e à dívida de curto prazo.

O excesso de caixa em moeda nacional é aplicado em operações compromissadas lastreados em títulos privados, CDBs e fundos de investimentos, indexados pela variação do CDI, com características de alta liquidez e circulação no mercado.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento, com base no fluxo de pagamentos futuros não descontados.

Agro Energia Santa Luzia S.A. (Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

30.3. Risco de liquidez--Continuação

	Menos de um ano	Entre um e três anos	Acima de três anos	Total
Em 31 de março de 2023				
Fornecedores	89.561	2.248	-	91.809
Empréstimos e financiamentos	61.502	250.550	698.939	1.010.991
Passivos de arrendamento	91.036	208.352	158.431	457.819
Partes relacionadas (i)	16.909	-	-	16.909
Adiantamentos de clientes	922	1	-	923
Outros débitos	-	1	-	1
	<u>259.930</u>	<u>461.152</u>	<u>857.370</u>	<u>1.578.452</u>
Em 31 de março de 2022				
Fornecedores	92.625	33.221	-	125.846
Empréstimos e financiamentos	16.985	220.925	715.929	953.839
Passivos de arrendamento	107.577	242.019	110.233	459.829
Partes relacionadas (i)	13.187	-	-	13.187
Adiantamentos de clientes	1.366	-	-	1.366
Outros débitos	92	1	-	93
	<u>231.832</u>	<u>496.166</u>	<u>826.162</u>	<u>1.554.160</u>

(i) Os saldos a vencer há menos de um ano referem-se à operações com partes relacionadas originadas após o PRJ.

30.4. Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é garantir o crescimento contínuo do negócio balizado em uma estrutura adequada de capital, tendo como política o acompanhamento do índice de alavancagem financeira que corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A Companhia monitora o seu capital, por meio de uma gestão combinada da tesouraria de seus negócios, usando um índice de alavancagem (*leverage*), representado pelo capital de terceiros dividido pelo capital próprio.

O capital de terceiros, que compreende a dívida líquida (*net debt*) da Companhia, é calculado considerando o total dos empréstimos e financiamentos com o mercado (líquidos de custo de transação), reduzido de caixa e equivalentes de caixa, das aplicações e títulos mantidos como garantia para itens de endividamento e dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção do endividamento.

O capital não é administrado no nível individual da controladora, somente no consolidado.

Agro Energia Santa Luzia S.A.
(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

30.5. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

a) Classificação

A classificação dos ativos e passivos financeiros é demonstrada nas tabelas a seguir:

	<u>Classificação</u>	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Ativos financeiros			
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	257.310	223.907
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	2.201	2.166
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	27.245	12.935
Depósitos judiciais	Custo amortizado	26.010	7.916
Partes relacionadas	Custo amortizado	201.478	182.136
Outros créditos, exceto pagamentos antecipados	Custo amortizado	6.349	8.493
Total dos ativos		<u>520.593</u>	<u>437.553</u>
Passivos financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	91.809	125.846
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	1.010.991	953.839
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	457.819	459.829
Partes relacionadas	Custo amortizado	16.909	13.187
Adiantamentos de clientes	Custo amortizado	923	1.366
Outros débitos	Custo amortizado	1	93
Total dos passivos		<u>1.578.452</u>	<u>1.554.160</u>

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

b) Valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Agro Energia Santa Luzia S.A.
(Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

30.5. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

b) Valor justo--Continuação

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e
- Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

Nas demonstrações financeiras atuais, não houve reclassificação de ativos e passivos ao valor justo de ou para o nível 1, 2 ou 3.

	31/03/2023			31/03/2022		
	Nível1	Nível2	Nível3	Nível1	Nível2	Nível3
Ativo						
Aplicações financeiras	-	2.201	-	-	2.166	-
Ativo biológico	-	-	119.641	-	-	133.718
	<u>-</u>	<u>2.201</u>	<u>119.641</u>	<u>-</u>	<u>2.166</u>	<u>133.718</u>

Outros ativos e passivos financeiros

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, contas a pagar aos fornecedores e títulos a pagar, pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) ou ajuste a valor presente, quando aplicável, estejam próximos de seus correspondentes valores justos.

Agro Energia Santa Luzia S.A. (Em recuperação judicial)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Eventos subsequentes

- I. Eventos relacionados ao acordo de investimentos, assinado em 25 de novembro de 2022, em ordem cronológica dos acontecimentos:

(a) Assunções de dívidas da Tranche B

Em 05 de abril de 2023, a Companhia formalizou junto à sua controladora direta, Atvos Agroindustrial Participações S.A., nos termos do artigo 299 e seguintes do Código Civil Brasileiro, Instrumento Particular de Assunção de Dívida, visando a implementação do Acordo de Investimentos, a fim de proporcionar a concentração dos créditos da Tranche B para posterior viabilização da troca de controle do Grupo Atvos, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial. Desta forma, a Companhia transferiu determinados créditos contra sua controladora direta, os quais foram novados nos termos do Plano de Recuperação Judicial e representavam, naquela data, um passivo atualizado perante a Soneva Energias Renováveis S.A., no valor total de R\$370.225.

Os créditos ora cedidos foram integralmente capitalizados na companhia, naquela data, pela controladora direta, fixados de acordo com o artigo 170, §1º da Lei das Sociedades por Ações, em tudo idênticas às anteriormente existentes, conforme demonstrado abaixo:

em 31/03/2023		Aumento		em 05/04/2023	
Ações (i)	Capital social (Milhares de R\$)	Ações (i)	Capital social (Milhares de R\$)	Ações (i)	Capital social (Milhares de R\$)
93.432.472.283.522	1.044.344	33.122.263.006.672	370.225	126.554.735.290.194	1.414.570

- (i) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

(b) Assunções de créditos de partes relacionadas (Novonor e controladas)

Em 18 de abril de 2023, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada, por unanimidade, sem quaisquer reservas e ressalvas, o aumento de capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante total de R\$ 26, com a consequente emissão de 2.370.337.348 (dois bilhões, trezentos e setenta milhões, trezentos e trinta e sete mil, quatrocentas e quarenta e oito) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas, mediante a capitalização, neste ato, de créditos detidos pela única acionista, Atvos Agroindustrial Participações S.A., contra a Companhia, conforme Instrumentos Particulares de Assunção de Dívidas, celebrados naquela data, juntos à determinadas controladas indiretas da Novonor S.A. O capital social da Companhia passou de R\$1.414.570, para R\$ 1.414.596, dividido em 126.557.105.627.542 (cento e vinte e seis trilhões, quinhentos e cinquenta e sete bilhões, cento e cinco milhões, seiscentos e vinte e sete mil, quinhentas e quarenta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Agro Energia Santa Luzia S.A. **(Em recuperação judicial)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Eventos subsequentes--Continuação

(b) Assunções de créditos de partes relacionadas (Novonor e controladas)--Continuação

Ainda em 18 de abril de 2023, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada, por unanimidade, sem quaisquer ressalvas ou restrições, em cumprimento às determinações do Plano de Recuperação Judicial do Grupo Atvos, a redução do capital social da Companhia, por julgá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, conforme previsto no artigo 173, caput, da Lei das S.A., no montante de R\$5.596, passando o capital social da Companhia de R\$ 1.414.596 para R\$ 1.409.000, sem o cancelamento de ações de emissão da Companhia. A redução de capital social ora aprovada se tornou efetiva após transcurso do prazo legal de 60 (sessenta) dias para manifestação dos credores da Companhia, contados da publicação da presente ata, conforme estipulado no artigo 174 da Lei das S.A., findo em 19 de junho de 2023. Esse movimento faz parte da equalização dos créditos de partes relacionadas, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial, o qual foi efetivado no dia 20 de junho de 2023.

(c) Troca de controle

Em 20 de junho de 2023, como parte dos atos deliberados em Assembleia Geral Extraordinária da controladora indireta da Companhia, Atvos Bioenergia S.A., tornou-se efetiva a equalização das dívidas da Tranche B do Grupo Atvos perante o Grupo Novonor, condição precedente à troca de controle do Grupo, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial. Em ato seguinte, foi observada a emissão de um bônus de subscrição da Atvos Bioenergia S.A. em favor da Soneva Energias Renováveis S.A. (controlada direta do FIP Agroenergia, controlador final do Grupo Atvos conforme indicado na nota explicativa 1), mediante consentimento dos atuais acionistas da Atvos Bioenergia S.A., que, expressamente renunciaram ao seu exercício de direito de preferência com relação à emissão do Bônus de Subscrição, bem como à subscrição de novas ações emitidas pela Atvos Bioenergia S.A. em decorrência do exercício do bônus de subscrição pela Soneva Energias Renováveis S.A., que nesta data passa a ser a controladora direta da Atvos Bioenergia S.A., permanecendo o FIP Agroenergia como controlador final, possuindo 90% de participação sobre o seu capital social.

II. Outros eventos, não relacionados ao acordo de investidores:

(a) Amortização 5ª parcela Tranche A (PRJ)

Em 20 de junho de 2023, conforme estabelecido nas cláusulas 3.3, 3.6 e 4.1 do PRJ, a Companhia realizou o pagamento dos empréstimos e financiamentos da Tranche A referente à quinta parcela, no montante total de R\$ 26.338, sendo R\$ 3.174 de principal e R\$ 23.164 de juros. Conforme previsto no PRJ, esta foi a primeira parcela com pagamento integral dos juros incorridos.